Estratégia Concursos

Aula 00

TRT-RJ (Analista - Área Admin) Passo Estratégico de Admin Púb e Gestão de Pessoas-2022 (Pré-Edital)

Autor:
Vinicius Rodrigues de Oliveira

16 de Março de 2022

EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sumário

Introdução ..... Erro! Indicador não definido.

Importância do Assunto **2**

Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque **6**

Aposta estratégica **18**

Questões estratégicas **21**

Questionário de revisão e aperfeiçoamento **47**

Perguntas 47

Perguntas com respostas 49

Conclusão **57**

Lista de Questões Estratégicas 58

Gabarito 70

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem?

Meu nome é **Gustavo Garcia,** sou Auditor-Fiscal da RFB, aprovado em 7º lugar nacional no concurso de 2009, Coach do Estratégia Concursos e Analista das disciplinas Administração Geral e Pública do Passo Estratégico. Sou formado em Engenharia Elétrica pelo CEFET-RJ e bacharelando em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Atualmente, exerço o mandato de julgador na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro – RJ.

E eu sou **Vinícius de Oliveira,** Analista do Passo Estratégico das disciplinas Administração Geral e Pública e Legislação Aduaneira. Sou Auditor-Fiscal da RFB, também aprovado no concurso de 2009. Sou bacharel em Medicina e bacharelando em Direito pela UFJF, pós-graduado em Direito Tributário e em Economia e Finanças Públicas. Atualmente, atuo como colaborador junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

a) orientar revisões eficientes;

b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, é preciso ressaltar que, quando o universo de questões de determinada banca sobre Administração Geral e Pública é pequeno, torna-se inviável realizar uma análise estatística relevante.

Nesses casos, temos utilizado com sucesso, para fins de análise estatística, uma amostra de questões das bancas FCC e CEBRASPE/CESPE, as duas mais tradicionais em concursos públicos.

Neste ponto, vale destacar que o percentual atribuído a cada assunto se refere à sua incidência em relação à disciplina Administração como um todo e, por isso, a soma dos percentuais não atinge 100%.

Feitos esses esclarecimentos, vamos então verificar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso:

Assunto	Incidência
Qualidade e Excelência	8,0%
Gestão de Pessoas	7,1%
Evolução da Administração Pública	5,4%
Estrutura Organizacional	5,1%
Motivação	3,9%
Comportamento, Clima e Cultura Organizacional	3,6%
Gestão por Competências	3,6%
Gestão de Desempenho	3,4%
Liderança	2,9%
Recrutamento e Seleção	2,3%
Educação, Treinamento e Desenvolvimento	2,1%
Convergências e Divergências entre a Gestão Pública e a Privada	1,1%
Gestão do Conhecimento	0,5%

IMPORTÂNCIA DO ASSUNTO

O assunto **Evolução da Administração Pública** possui um grau de incidência de **5,4%** nas questões analisadas, possuindo importância **MUITO ALTA** no contexto geral da matéria, conforme o seguinte esquema de classificação:

% de Cobrança	Importância
Até 0,9%	Baixa
De 1,0% a 1,9%	Média
De 2,0% a 4,9%	Alta
5,0% ou mais	Muito Alta

Bom, no assunto **Evolução da Administração Pública,** os tópicos são assim distribuídos, em ordem decrescente de cobrança:

Tópico	% de cobrança
Administração Gerencial	32%
A Reforma Gerencial no Brasil	27%
A Reforma Burocrática no Brasil	16%
Administração Burocrática	16%
Administração Patrimonialista	8%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

- Entenda o **contexto histórico** do surgimento de cada modelo, suas principais **características** e as **vantagens/desvantagens** trazidas por cada um deles.

- **Modelo Patrimonialista**

  - No **Brasil,** tem origem na **administração monárquica portuguesa;**
  - **Confusão entre o patrimônio do Estado e o patrimônio privado** dos administradores – daí a origem do nome do modelo;
  - Relação baseada nas **trocas de "favores" (bens e cargos públicos, por ex.) entre o chefe políticos e seus apoiadores** (os quais oferecem suporte em troca de proteção e auxílio);
  - O dever não está escrito e deriva dos costumes, da tradição, de modo que a **essência de sua dominação é a tradição**;
  - Forte presença do **nepotismo e corrupção;**
  - **Racionalidade subjetiva,** uma vez que a condução administrativa fica sujeita à **discricionariedade e arbitrariedades do soberano;**
  - A estrutura tributária é elaborada de modo a não atingir os soberanos e os grupos sociais mais próximos do Poder. Como decorrência, o **sistema fiscal é injusto e irracional;**
  - No Estado patrimonialista brasileiro, o grupo que detinha o Poder era conhecido como **Estamento Burocrático,** pertencente apenas a ocupantes de cargos públicos de alto escalão e políticos;
  - Ainda **possui traços na atual administração pública brasileira,** manifestando-se pela utilização de bens públicos para fins pessoais, contratação de cargos comissionados em troca de favores ou de apoio, etc.

- **Modelo Burocrático**

  - **Formalidade**: significa que a autoridade no modelo deriva de **normas escritas e detalhadas**, com amplo **controle de procedimentos** e com **comunicação padronizada;**
  - **Impessoalidade**: significa que a **regras são aplicadas de forma** igual a todos (isonomia), favorecendo as promoções por critérios **meritocráticos** e não pessoais. O **poder** tem relação com os **cargos** e não com os seus ocupantes.
  - **Profissionalização**: significa que os cargos no modelo são integrantes de uma **carreira (especialização)** estabelecidos de acordo com os **princípios hierárquicos da**

organização, cujos ocupantes os exercem como profissão única ou principal, são escolhidos segundo suas **qualificações** e o seu **conhecimento** (por mérito, por concurso público), são **remunerados em dinheiro** e estão submetidos a sistema de **disciplina e controle,** com **separação absoluta dos meios administrativos.**

- **Vantagens do Modelo Burocrático**
  - O predomínio de uma **lógica científica** sobre uma lógica da intuição;
  - A **redução dos favoritismos e das práticas clientelistas**;
  - Uma **mentalidade mais democrática,** que possibilitou **igualdade** de oportunidades e tratamento baseado em **leis e regras aplicáveis a todos.**
  - Segundo Chiavenato, Weber cita como vantagens da Burocracia:
  - **Racionalidade** em relação ao alcance dos objetivos da organização.
  - **Precisão na definição do cargo e na operação**, pelo conhecimento exato dos deveres.
  - **Rapidez nas decisões**, pois cada um conhece o que e por quem deve ser feito; as ordens e os papéis tramitam por meio de canais preestabelecidos.
  - **Univocidade de interpretação** garantida pela regulamentação especifica e escrita. Por outro lado, a informação é discreta, pois é fornecida apenas a quem deve recebê-la.
  - **Uniformidade de rotinas e procedimentos** que favorece a padronização, a redução de custos e erros, pois as rotinas são definidas por escrito.
  - **Continuidade da organização** por meio da substituição do pessoal que é afastado. Além disso, os critérios de seleção e escolha do pessoal baseiam-se na capacidade e na competência técnica.
  - **Redução do atrito entre as pessoas**, pois cada funcionário conhece o que lhe é exigido e quais os limites entre suas responsabilidades e as dos outros.
  - **Constância**, pois os mesmos tipos de decisão devem ser tomados nas mesmas circunstâncias.
  - **Confiabilidade**, pois o negócio é conduzido por meio de regras conhecidas, e os casos similares são metodicamente tratados dentro da mesma maneira sistemática. As decisões são previsíveis e o processo decisório, por ser despersonalizado no sentido de excluir sentimentos irracionais, como amor, raiva, preferências pessoais, elimina a discriminação pessoal.
  - **Benefícios para as pessoas** na organização, pois a hierarquia é formalizada, o trabalho é dividido entre as pessoas de maneira ordenada, as pessoas são treinadas para se tomarem especialistas, podendo encarreirar-se na organização em função de seu mérito pessoal e competência técnica.
- **Disfunções do Modelo Burocrático**
  - **Dificuldade** de resposta às **mudanças** no meio externo
  - **Rigidez** e apreço extremo às regras
  - **Perda da visão global** da organização
  - **Lentidão** no processo decisório

- Excessiva **formalização**

Em complemento, Chiavenato expõe que parte da doutrina aponta como efeitos indesejados da burocracia, os quais acarretam verdadeira imprevisibilidade de funcionamento da organização, indo na contramão das consequências previstas por Weber, os seguintes:

- **Internalização das normas**: as normas, de meios, passam a ser os principais objetivos no modelo;
- **Excesso de formalismo e papelório:** decorrente da necessidade de documentar e formalizar todos os atos praticados;
- **Resistência a mudanças**: a estabilidade e a previsibilidade burocrática geram a aversão ao novo, ao diferente;
- **Despersonalização do relacionamento**: a impessoalidade requerida pelo modelo faz com que o relacionamento entre os burocratas assuma caráter despersonalizado;
- **Categorização como base do processo decisório**: o poder de decisão recai sobre aquele ocupante da mais alta hierarquia da organização, mesmo que não tenha plenos conhecimentos sobre a matéria, o que reduz a procura de soluções alternativas para os problemas enfrentados;
- **Excesso de conformidade às rotinas e aos procedimentos:** o que reduz a liberdade e a espontaneidade do funcionário burocrata, diminuindo a chance de inovação;
- **Exibição de sinais de autoridade**: um sistema em que se possa identificar os detentores do Poder surge como decorrência da hierarquia burocrática. Tal sistema é comumente utilizado com excessos;
- **Dificuldades com clientes:** decorrente da visão burocrática autorreferente e das soluções padronizadas aos seus clientes.

➢ **Modelo Gerencial**

- **Controle de resultados *a posteriori*:** em contraste ao modelo burocrático, em que o controle se focava nos processos (*a priori*), no modelo gerencial o **controle é *a posteriori* ou finalístico, tendo foco no resultado final do bem ou serviço ofertado.**
- **Maior autonomia e flexibilidade:** o modelo gerencial também é caracterizado por uma **maior distribuição das responsabilidades** dentro da estrutura organizacional, diminuindo a hierarquia verticalizada do modelo burocrático e favorecendo o processo de **horizontalização.** Tal fato conferiu **maior autonomia** a todos os funcionários que antes estavam engessados a uma cascata hierárquica. Além disso, a mudança no foco do controle para o resultado trouxe consigo uma **maior flexibilidade** no que diz respeito aos procedimentos/processos administrativos.
- **Incentivo à inovação e foco na qualidade:** espelhados no sucesso de **gestão das empresas privadas,** a administração pública passou a adotar também a **inovação como forma de aumentar a sua eficiência** na oferta dos serviços públicos e também nos seus gastos. Além disso, um modelo de gestão com controle focado nos resultados terá consequentemente **foco também na qualidade** do que está sendo entregue como produto (serviços à população).

- **Descentralização e foco no "cliente":** o **foco no "cliente"** relaciona-se com a **melhoria da qualidade e celeridade dos serviços** oferecidos aos cidadãos.

➢ **Vantagens do Modelo Gerencial**

- Maior **eficiência** dos gastos públicos e dos processos administrativos, com a consequente redução dos gastos do Estado;
- Aumento na **qualidade e na velocidade da entrega dos serviços públicos,** do que decorre uma maior satisfação da população;
- Maior **participação popular** na gestão, dando maior voz aos clientes;
- Aumento da ***accountability*** **(responsabilização), transparência, equidade e justiça** por parte das ações do Estado**.**

➢ O **modelo gerencial (gerencialismo)** foi marcado por três fases

- **Primeira fase do gerencialismo (*Managerialism*)**
  - A fase inicial do modelo gerencial é conhecida como *Gerencialismo Puro*, ou ***Managerialism***. Seu **foco foi a redução de custos e de pessoal e o aumento da eficiência**, o que está intimamente ligado às razões que motivaram o surgimento do modelo gerencial. A ideia central era **equilibrar as finanças** e melhorar a **produtividade** dos órgãos públicos. Algumas iniciativas relacionadas a essa primeira etapa são: a **privatização**, a **desregulamentação**, a **redução de cargos públicos**, a **definição clara dos objetivos de cada setor**; todas objetivando a redução dos gastos públicos.
  - A principal crítica a essa fase inicial foi justamente o fato de focar nas finanças da máquina pública, sem grande enfoque na qualidade do serviço prestado à população e das necessidades dos "clientes". A economia e a eficiência da máquina pública não garantiriam a prestação de serviços públicos de qualidade de forma automática.
- **Segunda fase do gerencialismo (*Consumerism*)**
  - A segunda fase do modelo gerencial é conhecida como ***Consumerism***, em que deixa de se preocupar apenas com redução de gastos e aumento da eficiência e **passa a focar nas necessidades do consumidor, do cliente**, da população, ou seja, na **efetividade** das ações estatais. Portanto, essa fase é marcada pelo **foco no cidadão como consumidor/cliente** dos serviços do oferecidos pelo Estado (**paradigma do cliente**).
  - Uma das mudanças mais marcantes dessa etapa foi a **descentralização do processo decisório**, delegando poderes aos que estavam envolvidos na prestação do serviço à população, **com o fim de melhorar a sua qualidade**.
  - Outra medida adotada no período foi a **quebra do monopólio** na prestação de serviços, gerando **competitividade** entre os prestadores de serviços ao cidadão.
  - A crítica a essa fase se concentrou na simplificação do cidadão como um mero cliente, conceito que não se enquadra perfeitamente bem na relação entre o Estado e os destinatários dos serviços oferecidos, uma vez que ignora o compromisso social que o Estado deve assumir quando fornece alguns serviços.

- **Terceira fase do gerencialismo (*Public Service Orientation*)**
  - A última fase do modelo gerencial ficou conhecida ***Public Service Orientation***, na qual o destinatário do serviço público deixou de visto como um mero cliente e **passou a ser encarado como um cliente-cidadão, possuindo direitos e deveres**. A ideia foi trazê-lo para dentro da esfera de funcionamento do Estado, a fim de que **participe do direcionamento das atividades estatais**.
  - Nessa visão, o Estado deve não só prestar serviços de qualidade e tratar bem seus cidadãos, mas **conferir-lhes os meios que possibilitem a cobrança de resultados e a participação nas políticas públicas** (por meio do processo de **descentralização**). Os cidadãos então deixam de ter uma posição passiva frente ao Estado para assumir uma **postura mais ativa**. Notem que nessa fase a **descentralização tem também o objetivo de favorecer a participação popular** e não somente de melhorar a qualidade dos serviços prestados.
  - É nessa fase que são introduzidos os conceitos de **equidade, de justiça, de transparência, de *accountability* e de participação popular**

➢ É importante saber diferenciar como é visto o **destinatário do serviço público (cidadão)** dentro dessas 3 diferentes fases da gestão gerencial.

- ***Managerialism* ou gerencialismo puro**: o destinatário do serviço público é encarado como **contribuinte**, um mero **financiador** do Estado.
- ***Consumerism***: nessa fase, passou a ser visto **cliente/consumidor**, que **demanda serviços** públicos de qualidade.
- ***Public Service Orientation***: por fim, passou a ser visto como **cidadão**, como indivíduo que **vive em sociedade**, com **direitos e deveres**, que **pode e deve participar do funcionamento do Estado**.

➢ Saiba contextualizar e reconhecer os principais marcos das **reformas administrativas:**

➢ A reforma administrativa dos **anos 30** é conhecida como a ***Era Vargas***, ocorrida no governo do presidente Getúlio Vargas, se iniciou em 1930 e teve fim em 1945.

Tinha como **objetivo cessar com as práticas patrimonialistas** predominantes àquela época e **dar início a uma gestão burocrática** no Brasil, nos moldes weberianos.

Suas principais características foram: a **centralização do poder na União**; a **modernização da máquina pública** brasileira promovida pelo DASP (criado em seu governo); **incentivo ao desenvolvimento econômico** por meio da **industrialização** e da **intervenção econômica**, com práticas **protecionistas**.

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) é a maior marca da reforma.



- O **DASP** surge efetivamente em 1938 (originado do Conselho Federal do Serviço Público Civil, de 1936) como uma demanda necessária à entrada do Estado brasileiro em uma nova era de industrialização e de desenvolvimento capitalista.
- O **DASP** foi o órgão que **formulou e executou as mudanças na administração pública** no período Vargas e tinha como objetivos principais:
  - a **racionalização de métodos, processos e procedimentos;**
  - a definição da **política de recursos humanos, de compra de materiais e finanças;** e a
  - **centralização e reorganização** da administração pública federal.
- A atuação do **DASP** era pautada nos princípios da Administração Científica (**Planejamento**, **Preparo**, **Controle** e **Execução**) e se deu nas seguintes frentes:
  - Criação de **órgãos formuladores de políticas públicas;**
  - **Expansão de órgãos** da administração **direta;** e
  - **Expansão das atividades empresariais** do Estado.



O **DASP** foi o órgão que **formulou e executou** as mudanças na administração pública no período Vargas, no entanto **suas mudanças não alcançaram toda a administração pública.**

Carreiras e setores determinantes para o projeto de Estado pensado foram contemplados pelas novas práticas implementadas com a reforma. Outros grupos menos relevantes foram deixados de lado. Assim, **práticas patrimonialistas ainda conviviam com as novas práticas burocráticas.**

A atuação do **DASP** dependia do apoio de Getúlio e seu autoritarismo. Com a saída de Vargas, tem-se um **novo regime democrático no qual o DASP perde consideravelmente a capacidade de proceder às mudanças.**

Como resultado, **não foi possível completar a reforma** (não significa dizer que a reforma foi revertida).

➢ Saiba caracterizar a administração pública brasileira no período conhecido como **Administração para o Desenvolvimento,** ocorrida no período de redemocratização entre o ano de 1946 e o golpe militar de 1964, durante o **governo de Juscelino Kubitschek.**

Nesse período, a preocupação dos governantes girava em torno do **desenvolvimento nacional**, tendo como principais características o **aumento da intervenção do Estado** na economia e a **descentralização do setor público**, por meio da criação autarquias e sociedades de economia mista (**Administração Paralela**).



- O termo **"Administração Paralela"** surgiu para denominar a solução utilizada no governo de JK para **contornar os entraves e dificuldades existentes em certas estruturas da administração direta,** que ainda sofriam com **práticas patrimonialistas e clientelistas,** bem como com as já notórias **disfunções burocráticas.**
- Nesse sentido, ao deparar-se com problemas decorrentes da ineficiência estatal da administração direta, **o governo JK criava novas estruturas estatais paralelas às existentes (normalmente autarquias),** em vez de adequá-las às novas necessidades do Estado.

➢ A **Reforma de 1967** se insere em um contexto no qual o governo militar assumiu o poder em 1964 com uma proposta de **modernização do Estado,** de **reequilíbrio da economia** e de **contenção da inflação,** a serem obtidos por meio do plano econômico chamado de **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).**



- O **PAEG** tinha como objetivos declarados:
  - **acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico** do país interrompido no biênio 1962-1963;
  - **conter progressivamente o processo inflacionário** durante 1964 e 1965 objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;
  - **atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais** e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais mediante a melhoria das condições de vida;
  - **assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra** que continuamente aflui ao mercado de trabalho; e
  - **corrigir a tendência a déficits** descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaça a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar.

- A edição do **DL nº 200/1967** foi o principal marco legal da reforma de 1967, que surgiu para superar a rigidez do modelo burocrático.



- No art. 10 do DL nº 200/1967 está previsto que a execução das atividades da Administração Federal **deverá ser amplamente descentralizada**. A descentralização será posta em prática em **três planos principais**:
  - **dentro dos quadros da Administração Federal**, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;
  - **da Administração Federal para a das unidades federadas**, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
  - **da Administração Federal para a órbita privada**, mediante contratos ou concessões.



- A **expansão em demasia da administração indireta**, sem dispensar atenção à administração direta:
  - **Salientou a diferença** entre a **moderna e ágil** administração **indireta** e a **rígida e burocrática** administração **direta;**
  - O que **gerou tensão** entre os **órgãos centrais e as entidades da administração indireta.**
  - Com a descentralização, a administração indireta ganhou **grande autonomia**, o que abriu oportunidade para a **práticas clientelistas e patrimonialistas**.
  - A expansão em demasia da administração indireta e o excesso de autonomia deram causa a **perda do controle por parte do governo**.

- Lembre-se que a **CF/88** representou um **retrocesso burocrático.**
  - A Constituição de 1988 trouxe grandes **mudanças positivas no campo político**, com a **descentralização do poder central**, aumentando a autonomia dos governos estaduais e municipais.
  - Tendo como premissa a ideia de que a crise do Estado estaria na descentralização em demasia e na autonomia concedida à administração indireta por meio do DL nº 200/1967, foram tomadas medidas no **campo administrativo** que representaram um verdadeiro **retrocesso**:

- **Centralização** administrativa;
- **Redução da autonomia da administração indireta,** tal qual a administração direta;
- **Retorno de ideais burocráticos,** tais como a **hierarquia e a rigidez;**
- Criação do **regime jurídico único,** com a incorporação de celetistas e estatutários;
- Criação de **privilégios injustificáveis e desproporcionais para servidores.**

➢ Nesse contexto, em resposta ao crescimento do Estado favorecido pela CF/88, a reforma de Collor, de **viés neoliberal**, teve como **objetivo a redução da presença do Estado na vida social e econômica**.

Teve como medidas a **troca de moeda**, **congelamento e bloqueio de contas**, com **demissões de servidores** em larga escala e **acelerado processo de privatizações**, em **forte arrocho fiscal**.

➢ Dê especial atenção ao **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE),** elaborado por Bresser Pereira, editado com o **objetivo de implantar a administração gerencial na administração pública brasileira.**

➢ Aprofunde-se nos conceitos trazidos pelo **PDRAE** para os **quatro setores do Estado**:

Setor	Descrição
Núcleo Estratégico	Corresponde ao **governo**, em **sentido lato**. É o setor que **define as leis e as políticas públicas**, e **cobra o seu cumprimento**. É, portanto, o setor onde as decisões estratégicas são tomadas. Corresponde aos **Poderes Legislativo** e **Judiciário**, ao **Ministério Público** e, no poder executivo, ao **Presidente da República**, aos **ministros e aos seus auxiliares e assessores diretos**, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas.
Atividades Exclusivas	É o **setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar**. São serviços em que se exerce o **poder extroverso do Estado** - o poder de **regulamentar**, **fiscalizar**, **fomentar**. Como exemplos temos: a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc.
Serviços não-exclusivos	Corresponde ao **setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas**. As instituições desse setor **não possuem o poder de Estado**. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem "economias externas" relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto

	da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.
Produção de bens e serviços para o mercado	Corresponde à **área de atuação das empresas**. É caracterizado pelas **atividades econômicas voltadas para o lucro** que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infraestrutura. Estão no Estado seja porque faltou capital ao setor privado para realizar o investimento, seja porque são atividades naturalmente monopolistas, nas quais o controle via mercado não é possível, tornando-se necessário no caso de privatização, a regulamentação rígida.

- Saiba associar os **modelos de gestão** aplicados em cada um dos **setores do Estado:**
  - No **núcleo estratégico**, em que o essencial é a correção das decisões tomadas e o princípio administrativo fundamental é o da **efetividade,** é mais adequado que haja um **misto de administração publica burocrática e gerencial**.
  - No setor das **atividades exclusivas e de serviços competitivos ou não-exclusivos**, o importante é a qualidade e o custo dos serviços prestados aos cidadãos. O princípio correspondente é o da **eficiência.** Logo, a **administração deve ser necessariamente gerencial**.
  - O mesmo se diga, obviamente, do **setor das empresas**, que, enquanto estiverem com o Estado, deverão obedecer aos **princípios gerenciais de administração**.

- Além disso, saiba relacionar os **tipos de propriedade** típicos de cada um dos **setores do Estado:**
  - No **núcleo estratégico** a propriedade tem que ser necessariamente **estatal**.
  - Nas **atividades exclusivas de Estado**, em que o poder extroverso de Estado é exercido, a propriedade também só pode ser **estatal**.
  - Já para o **setor não-exclusivo ou competitivo do Estado** a propriedade ideal é a **pública não-estatal**. Não é a propriedade estatal porque aí não se exerce o poder de Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado.
  - No **setor de produção de bens e serviços para o mercado**, dada a possibilidade de coordenação via mercado, a **propriedade privada é a regra**. A propriedade estatal só se justifica quando não existem capitais privados disponíveis ou então quando existe um monopólio natural.

- Por fim, conheça os **objetivos** para cada um dos **setores do Estado:**
  - **Núcleo Estratégico**
    - Aumentar a efetividade do núcleo estratégico;
    - Modernizar a administração burocrática, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade;

- Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas.

- **Atividades Exclusivas**
  - Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão;
  - Para isto, substituir a administração pública burocrática, rígida, voltada para o controle *a priori* dos processos, pela administração pública gerencial, baseada no controle *a posteriori* dos resultados e na competição administrada;
  - Fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas, viabilizando o controle social das mesmas.
- **Serviços Não-Exclusivos**
  - Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, por meio de um programa de "publicização", transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais;
  - Lograr, assim, uma maior autonomia e uma consequente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços;
  - Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade por meio dos seus conselhos de administração.
  - Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, a própria organização social e a sociedade;
  - Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.
- **Produção para o Mercado**
  - Dar continuidade ao processo de privatização por meio do Conselho de Desestatização;
  - Reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação dos monopólios naturais que forem privatizados;
  - Implantar contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas.



Quadro resumo setores do Estado x Gestão x Propriedade, retirado do PDRAE:

	Estatal	Pública Não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Ministério Público	○			○	
ATIVIDADES EXCLUSIVAS Regulamentação Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica	○				○
SERVIÇOS NÃO-EXCLUISVOS Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus		Publicização → ○			○
PRODUÇÃO PARA O MERCADO Empresas Estatais			Privatização → ○		○

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais[1].

Dentro do assunto **Evolução da Administração Pública,** os pontos mais cobrados exploram o **Decreto-Lei nº 200/1967** e o **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE),** marcos das reformas administrativas.



A edição do **DL nº 200/1967** foi o **principal marco legal da reforma de 1967,** que surgiu como a **primeira tentativa** de se superar a **rigidez do modelo burocrático,** iniciado em 1930, no governo Vargas. É considerada, portanto, **o primeiro momento da administração gerencial do país.**



- Os **princípios norteadores** da reforma de 1967 estão previstos no ainda vigente art. 6º do DL nº 200/1967:
  - **Planejamento**
  - **Coordenação**
  - **Descentralização** ← Mais cobrado
  - **Delegação de Competência**
  - **Controle**

[1] Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

Os artigos 7º a 14 do DL nº 200/1967 tratam de cada um dos princípios acima. Vale uma lida apenas para familiarização, para o caso de uma questão literal, mas com a devida cautela, pois é uma norma de 1967.



O **Programa Nacional de Desburocratização** foi criado **1979,** no fim do **regime militar,** como uma nova tentativa de superar as distorções causadas pelo modelo burocrático.



Lembre-se que a **CF/88,** apesar dos avanços em vários áreas, como os direitos políticos e sociais, representou um **retrocesso burocrático** no que concerne à Administração Pública.



- Memorize as principais medidas pregadas pelo **PDRAE:**
  - aumento da ***accountability*** no serviço público;
  - maior **autonomia administrativa (descentralização);**
  - **gestão por resultados (controle *a posteriori*);**
  - **horizontalização** de estruturas.

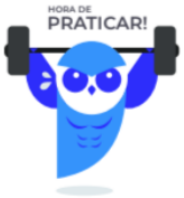
- Lembre-se ainda que **Reforma da Gestão Pública de 1995** compreendeu **três dimensões:**
  - uma dimensão **institucional-legal,** voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais;

- uma dimensão **gestão,** definida pela maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores – a administração por resultados, a competição administrada por excelência e o controle social – em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática; e
- uma dimensão **cultural,** de mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da administração gerencial.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



Administração Patrimonial

1. **(CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão – 2017)**

A administração pública do período colonial seguia um modelo patrimonial em que a distinção entre o patrimônio público e o patrimônio privado era imprecisa.

Comentários

No **patrimonialismo**, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder soberano, que **não distingue o patrimônio público e seus bens privados**. Como consequência, a **corrupção e o nepotismo** são inerentes a esse tipo de administração.

Gabarito: certa.

---

2. **(FCC / SEFAZ-PI - Analista do Tesouro Estadual - 2014)**

Entre as características do modelo de gestão administrativa patrimonialista pode ser apontado, em uma análise crítica,

a) a ausência de carreiras administrativas, bem assim de clara distinção entre patrimônio público e privado.

b) o excesso de verticalização e padronização dos procedimentos.

c) a estrutura hierárquica inflexível, afastando a meritocracia e propiciando o abuso de poder pela autoridade central.

d) o apego exagerado às regras, privilegiando a forma em detrimento do interesse do cidadão.

e) a excessiva ênfase no conceito de supremacia do interesse público sobre o privado, colocando o administrado a serviço do Estado e não o contrário.

Comentários

O **Modelo Patrimonialista de Administração** tem como características fundamentais:

- **Confusão entre o patrimônio do Estado e o patrimônio privado dos administradores - daí a origem do nome do modelo;**
- Relação baseada nas trocas de "favores" entre o chefe políticos e seus apoiadores (os quais oferecem suporte em troca de proteção e auxílio);
- Os deveres não estão escritos e derivam dos costumes, da tradição; a essência de sua dominação é a tradição;
- **Os bens e cargos públicos são utilizados como moeda de troca de favores ao soberano para atender fins pessoais;**
- **Modelo com forte presença do nepotismo e corrupção, uma vez que a escolha dos cargos públicos ocorria por livre escolha do soberano, causando uma falta de profissionalização;**
- Marcado por uma racionalidade subjetiva, uma vez que a condução administrativa fica sujeita à discricionariedade e arbitrariedades do soberano;
- A estrutura tributária é elaborada de modo a não atingir os soberanos e os grupos sociais mais próximos do Poder. Como decorrência, o sistema fiscal é injusto e irracional;
- **O patrimônio público é capturado por grupos mais próximos ao soberano;**

Vamos então corrigir as alternativas:

a) a ausência de carreiras administrativas, bem assim de clara distinção entre patrimônio público e privado.

CORRETO, conforme características destacadas acima.

b) o excesso de verticalização e padronização dos procedimentos.

ERRADO. Características do **modelo burocrático,** e não do patrimonialista.

c) a estrutura hierárquica inflexível, afastando a meritocracia e propiciando o abuso de poder pela autoridade central.

ERRADO. No modelo burocrático, a estrutura hierárquica inflexível, **propiciando** a meritocracia e **afastando** o abuso de poder pela autoridade central.

d) o apego exagerado às regras, privilegiando a forma em detrimento do interesse do cidadão.

ERRADO. Características do **modelo burocrático,** e não do patrimonialista.

e) a excessiva ênfase no conceito de supremacia do interesse público sobre o privado, colocando o administrado a serviço do Estado e não o contrário.

ERRADO. Características do **modelo burocrático,** e não do patrimonialista.

Gabarito: A

---

3. (FCC / AL-MS – Analista em RH - 2016)

Na evolução da Administração pública no Brasil, assim como em outros países, verificou-se o abandono do paradigma burocrático e a implantação do modelo gerencial. São diferenças que podem ser apontadas entre esses dois modelos:

I. No modelo burocrático o controle é a priori, enquanto no gerencial a ênfase é no controle de resultados.

II. O modelo burocrático preconiza estrutura hierárquica rígida, enquanto o gerencial é mais flexível, com redução de níveis e maior autonomia.

III. No modelo burocrático inexiste separação entre propriedade e a administração, sendo que somente a partir do modelo gerencial é que foi introduzido o conceito de meritocracia.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III

b) III.

c) II e III.

d) I e II.

e) II.

Comentários

Vamos às assertivas:

I. No modelo burocrático o controle é a priori, enquanto no gerencial a ênfase é no controle de resultados.

CORRETO. O modelo gerencial introduz a figura do controle a posteriori ou por resultados.

II. O modelo burocrático preconiza estrutura hierárquica rígida, enquanto o gerencial é mais flexível, com redução de níveis e maior autonomia.

CORRETO. A flexibilização e a diminuição da rigidez burocrática são características da administração gerencial.

III. No modelo burocrático inexiste separação entre propriedade e a administração, sendo que somente a partir do modelo gerencial é que foi introduzido o conceito de meritocracia.

ERRADO. No modelo patrimonialista inexiste divisão entre propriedade e administração. O modelo burocrático introduziu o conceito de meritocracia.

Gabarito: D

Administração Burocrática

4. **(CEBRASPE/CESPE / TCU – AFCE – 2011)**

O modelo burocrático de administração separa o político e o administrativo.

Comentários

No **patrimonialismo,** não havia uma separação entre o administrativo e o político. Com a **burocracia,** houve a tentativa de maior organização administrativa, por meio da **racionalidade-técnica**, tornando a Administração mais profissional e impessoal, e, portanto, menos política.

No plano administrativo, a administração pública burocrática surgiu contemporaneamente ao Estado Liberal, exatamente como uma forma de **defender a coisa pública contra o patrimonialismo**.

Gabarito: certa.

5. **(CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)**

O poder racional-legal, representado por princípios como impessoalidade e formalismo, é característico de um Estado que segue um modelo burocrático.

Comentários

O Modelo Burocrático de administração tem como características fundamentais:

- Formalidade: significa que a autoridade no modelo deriva de normas escritas e detalhadas, com amplo controle de procedimentos e com comunicação padronizada;
- Impessoalidade: significa que a regras são aplicadas de forma igual a todos (isonomia), favorecendo as promoções por critérios meritocráticos e não pessoais. O poder tem relação com os cargos e não com os seus ocupantes.
- Profissionalização: significa que os cargos no modelo são integrantes de uma carreira (especialização) estabelecidos de acordo com os princípios hierárquicos da organização, cujos ocupantes os exercem como profissão única ou principal, são escolhidos segundo suas qualificações e o seu conhecimento (por mérito, por concurso público), são remunerados em dinheiro e estão submetidos a sistema de disciplina e controle, com separação absoluta dos meios administrativos.

Gabarito: certa.

6. **(CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Gestão – 2017)**

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), visando dar maior agilidade ao alcance dos objetivos do plano de metas, a administração indireta passou a participar ativamente da execução das políticas de governo, uma vez que a administração direta era tida como lenta e defasada.

Comentários

Para contornar o problema da **rigidez da administração direta,** JK criou estruturas paralelas na administração indireta, flexíveis e compatíveis com os objetivos do plano de metas. Essa estratégia tinha o fim de evitar confrontos com a **burocracia pública, notoriamente rígida e inflexível,** portanto inadequada à realização do ousado plano de metas que caracterizou o período.

Gabarito: certa.

---

7. (FCC / SEFAZ-SP – Agente Fiscal de Rendas - 2013)

Considere a tabela que segue:

Modelos da Gestão Pública	Características dos Modelos
I. Burocrático	**1.** Representa o tipo ideal da dominação racional-legal weberiana.
II. Patrimonialista	**2.** Abre espaço para a atuação de novas figuras institucionais, como as Parcerias Público-Privadas e Organizações da Sociedade Civil.
III. Gerencial	**3.** Típico das monarquias absolutistas.

Na primeira coluna estão relacionados os três tipos consagrados de modelos para a administração do Estado; a segunda coluna apresenta três características referentes aos modelos. A alternativa que apresenta a associação correta é:

a) I-3, II-2, III-1.

b) I-3, II-1, III-2.

c) I-2, II-1, III-3.

d) I-1, II-2, III-3.

e) I-1, II-3, III-2.

Comentários

A dominação racional-legal tem seu fundamento de legitimidade na norma, na lei. Assim, a obediência não se direciona às pessoas e sim aos cargos regularmente instituídos pelo conjunto normativo. É a forma mais moderna de dominação e é a base da Burocracia.

As Parcerias Público-Privadas e Organizações da Sociedade Civil são instrumentos de atuação típicos da fase gerencial da Administração Pública.

Já o patrimonialismo tem como principal característica a confusão entre o patrimônio público e privado, típico das monarquias absolutistas.

Gabarito: E

---

8. (FCC / SEAD-PI – Gestor Público - 2013)

Considere as seguintes afirmações sobre as características da abordagem burocrática do pensamento administrativo:

I. Regras e normas técnicas claramente definidas, bem como os instrumentos necessários de coerção e limitação do seu uso.

II. Divisão do trabalho bem definida e sistemática, com áreas específicas de competência e atribuição ao responsável da necessária autoridade.

III. Concentração da administração na figura do proprietário, constituindo corolário da aplicação da hierarquia.

Está correto o que consta em

a) I, II e III.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II, apenas.

Comentários

As afirmativas I e II caracterizam corretamente a administração burocrática, que tem como características principais o caráter legal das normas e regulamentos; o caráter formal das comunicações; o caráter racional e divisão do trabalho; a impessoalidade das relações; a hierarquia de autoridade; a existência de rotinas e procedimentos previamente fixados; a competência técnica e meritocracia; a especialização do administrador; a profissionalização dos funcionários; e a completa previsibilidade do funcionamento.

A afirmativa erroneamente fala em administração na figura do proprietário, típica do modelo patrimonialista.

Gabarito: D

---

9. (FCC / TCE-CE – Conselheiro Substituto - 2015)

O modelo burocrático de gestão na Administração pública apresenta, como um dos traços que o diferenciam do modelo patrimonialista:

a) criação de cargos públicos na forma de prebendas, em substituição às anteriores sinecuras.

b) inexistência de distinção entre o público e privado, com domínio da estrutura pública pelos detentores do poder.

c) controle concentrado nos resultados e não mais nos processos e procedimentos administrativos.

d) participação popular na avaliação da qualidade dos serviços públicos.

e) meritocracia bem como o combate à corrupção e ao nepotismo.

Comentários

Questão bem fácil. As assertivas A e B trazem características do modelo patrimonialista. Já as assertivas C e D trazem características do modelo gerencial.

Gabarito: E

---

10. (FCC / TCE-CE – Analista de Controle Externo - 2015)

A Administração pública burocrática

a) caracteriza-se pelo controle rígido, exercido prioritariamente por indicadores de gestão.

b) baseia-se no princípio do mérito profissional e enfatiza a definição de metas para a atuação dos servidores públicos e, consequentemente, a sua progressão na carreira.

c) baseia-se no princípio do mérito profissional e enfatiza a importância do cumprimento de regras e procedimentos rígidos.

d) baseia-se no princípio do mérito profissional e atribui grau limitado de confiança aos servidores e políticos, recomendando, para isso, o contrato de gestão.

e) foi adotada em substituição à Administração patrimonial, que distinguia o patrimônio público do patrimônio privado.

Comentários

A assertiva A e B estão erradas porque a administração burocrática não se utiliza de indicadores de gestão e nem tem como característica o estabelecimento de metas, já que não tem foco nos resultados, como a administração gerencial. O contrato de gestão também é ferramenta da administração gerencial, portanto a afirmativa D está errada. Por fim, a administração patrimonialista NÃO separava o patrimônio público do privado.

Gabarito: C

A Reforma Burocrática no Brasil

11. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PB – Auditor de Contas Públicas – 2018)

A reforma da administração pública conduzida durante o governo de Getúlio Vargas tinha por objetivo tornar o Estado

a) mais profissional e menos patrimonialista, ou seja, um Estado autoritário e burocrático.

b) menos profissional e menos patrimonialista, isto é, um Estado de bem-estar social.

c) mais profissional e mais patrimonialista, ou seja, um Estado regulador.

d) mais patrimonialista e menos burocrático, ou seja, um Estado de bem-estar social.

e) menos patrimonialista e menos burocrático, isto é, um Estado regulador.

Comentários

O regime autoritário instituído na década de 1930 por Getúlio Vargas foi responsável por uma forte inflexão no campo da administração pública com a adoção do **paradigma burocrático.** Houve uma significativa **centralização** no nível político, econômico e administrativo, emergindo um Estado autoritário, que deu início ao processo de **modernização da Administração Pública e de industrialização do país.**

Portanto, a reforma da administração pública conduzida durante o governo de Getúlio Vargas tinha por objetivo tornar o Estado **mais profissional e menos patrimonialista,** o que acaba originando um **Estado autoritário e burocrático.**

Gabarito: A

---

12. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PA – Auditor de Controle Externo – 2016)

A criação das primeiras carreiras administrativas na administração pública e a busca pela adoção do concurso como forma de acesso ao serviço público são características do modelo de administração burocrática, implantado na década de 30 do século passado.

Comentários

Implantado em meados da década de 30 do século passado, o **modelo burocrático** se orienta pela **profissionalização** e **especialização** no setor público. Nesse contexto, surgem algumas características dos ocupantes dos cargos públicos:

- são pessoalmente livres; obedecem somente às obrigações objetivas de seu cargo; têm competências funcionais fixas;
- são nomeados (e não eleitos) numa hierarquia rigorosa dos cargos; o concurso se torna a principal forma de acesso ao serviço público;

- são remunerados com salários fixos em dinheiro, na maioria dos casos com direito à aposentadoria; têm a perspectiva de uma carreira: progressão por tempo de serviço ou eficiência, ou ambas as coisas, dependendo do critério dos superiores;
- o cargo é exercido como profissão única ou principal; trabalham em "separação absoluta dos meios administrativos" e sem apropriação do cargo; e
- estão submetidos a um sistema rigoroso e homogêneo de disciplina e controle do serviço.

Gabarito: certa.

---

13. (FCC / TCE-CE – Conselheiro Substituto - 2015)

Entre os objetivos almejados com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, inclui-se:

a) desburocratizar as atividades administrativas, simplificando procedimentos e reduzindo custos.

b) reorganizar a Administração pública, racionalizando métodos, processos e procedimentos administrativos.

c) descentralizar a atividade administrativa, com a criação de empresas públicas e autarquias, objetivando a flexibilização das regras de contratação de pessoal.

d) substituir o controle prévio das entidades e dos gestores pelo controle por resultados e acompanhamento finalístico.

e) instituir uma política consistente de recursos humanos, envolvendo a capacitação e remuneração por resultados.

Comentários

O DASP surgiu efetivamente em 1938 (originado do Conselho Federal do Serviço Público Civil, de 1936) como uma demanda necessária à entrada do Estado brasileiro em uma nova era de industrialização e de desenvolvimento capitalista. O DASP foi o órgão que formulou e executou as mudanças na administração pública no período Vargas (de cunho burocrático) e tinha como objetivos principais:

- a racionalização de métodos, processos e procedimentos;
- a definição da política de recursos humanos, de compra de materiais e finanças; e a
- centralização e reorganização da administração pública federal.

A atuação do DASP era pautada nos princípios da Administração Científica (Planejamento, Preparo, Controle e Execução) e se deu nas seguintes frentes:

- Criação de órgãos formuladores de políticas públicas;
- Expansão de órgãos da administração direta; e
- Expansão das atividades empresariais do Estado.

Gabarito: B

---

14. (FCC / SEFAZ-PI - Analista do Tesouro Estadual - 2014)

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP foi um marco importante na Administração pública federal, com a introdução de características de administração

a) gerencial, com foco na gestão de resultados.

b) burocrática, com ênfase na centralização e reorganização da Administração, gestão de pessoal e racionalização de procedimentos.

c) empreendedora, com ênfase na atuação de fomento.

d) patrimonialista, com ampla criação de órgãos e entidades governamentais.

e) pré-Gerencial, com a introdução de conceitos de avaliação de desempenho.

Comentários

Já vimos que a burocracia clássica foi introduzida na administração pública brasileira com a reforma de 1930. O DASP foi um dos principais instrumentos dessa reforma.

Gabarito: B

---

15. (FCC / SEAD-PI - Gestor Público - 2013)

Foi criado em 1936, no Governo do Presidente Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, com o objetivo de realizar a modernização administrativa então almejada. NÃO se insere entre os preceitos da referida modernização a

a) ênfase no controle das atividades administrativas e não na orientação e acompanhamento.

b) expansão das atividades empresariais do Estado.

c) instituição da função orçamentária como atividade formal e permanente vinculada ao planejamento.

d) criação de órgãos e departamentos formuladores de políticas públicas capazes de promover a integração entre governo e sociedade.

e) descentralização e reorganização da estrutura administrativa, com ênfase nas atividades-fim.

Comentários

A atuação do DASP era centralizada, hierarquizada, em consonância com os preceitos da burocracia clássica. A descentralização foi elemento típico do DL nº 200/1967.

Gabarito: E

---

16. (FCC / TCE-AM – Auditor - 2015)

O modelo de Administração pública implementado por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, com o intuito de modernizar a gestão pública conforme os princípios burocráticos weberianos, foi a primeira reforma administrativa institucionalizada da história brasileira e caracterizou-se pela

a) criação de unidades administrativas descentralizadas da burocracia federal.

b) criação das primeiras organizações dotadas de burocracias profissionais baseadas na meritocracia, quais sejam, o Itamaraty e as Forças Armadas.

c) promoção do insulamento burocrático, que estendeu à toda máquina pública federal o princípio universalista do mérito.

d) criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, concebido como uma organização técnica, que não exerceu função de controle político.

e) descentralização do processo de aquisição de compras governamentais, condicionada ao controle e a padronização dos procedimentos.

Comentários

Essa questão é bem polêmica, por isso ficou por último. Quando se fala em **descentralização**, o aluno deve inicialmente fazer associação com as reformas **gerenciais**, em especial aquela iniciada com o advento do **DL nº 200/1967**.

Todavia, é verdade também que, com o advento do DASP, foram criadas unidades administrativas descentralizadas, as autarquias. Por essa razão, a banca entendeu que o gabarito é a opção A.

Um comentário relativo à opção D. O DASP, a rigor, seria um órgão de cunho puramente técnico, no entanto foi utilizado também como instrumento de influência e controle políticos. Por essa razão, a opção D está errada.

Gabarito: A

Administração Gerencial

17. (CEBRASPE/CESPE / TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

Um gestor público decidiu que irá promover mudanças nas práticas de gestão da organização onde trabalha, adotando como princípios a substituição de normas por incentivos, a delegação de autoridade para agentes, a elaboração de orçamentos com base em resultados e a tomada de medidas de desempenho baseadas na percepção dos cidadãos quanto à qualidade da organização.

Nesse caso, o gestor adotará princípios tipicamente representativos

a) da administração burocrática.

b) da administração científica.

c) do empreendedorismo governamental.

d) da administração patrimonialista.

e) da nova administração pública.

Comentários

A **Nova Gestão (Administração) Pública (*New Public Management - NPM*)** surge para enfrentar as limitações do modelo burocrático. Com isso, muda-se o **foco,** antes voltado aos procedimentos internos da administração pública, para o **cidadão.**

Emerge então a necessidade de incremento na eficiência da Administração Pública – reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços –, buscando-se desenvolver uma **cultura gerencial** orientada a resultados nas organizações.

Outras características são: **descentralização; flexibilidade; transparência; foco no cidadão.**

Gabarito: E

---

18. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A nova administração pública caracteriza-se pela incorporação de técnicas de gestão oriundas da administração de empresas, como, por exemplo, técnicas do planejamento estratégico.

Comentários

O surgimento do modelo gerencial está intimamente ligado à **crise econômica** das décadas de 70 e 80, o que, em contexto de **crise fiscal do Estado**, sem possibilidade de aumento das receitas, naturalmente levou ao **questionamento do modelo de administração pública vigente à época, o modelo burocrático**.

Nesse cenário, o modelo burocrático passou a ser visto como ineficiente, lento no atendimento das demandas e com gastos excessivos, ao passo que o setor privado era visto como mais eficiente e detentor de um modelo mais adequado de gestão.

Assim, o **setor estatal começa a adotar conceitos e práticas oriundos da gestão privada**, tais como a descentralização, a inovação, a flexibilidade, o foco nas necessidades do cliente (população), surgindo uma **nova concepção de Estado**, conhecida como a **Nova Gestão Pública (*New Public Management*)**.

Gabarito: certa.

---

19. (CEBRASPE/CESPE / CGE-PI - Auditor Governamental - 2015)

O modelo gerencial da administração pública é dinamizado por meio da concessão de liberdade gerencial aos gestores públicos, aspecto essencial para que seja garantida a cobrança de resultados e para o estabelecimento de metas e condições de *accountability*.

Comentários

O modelo gerencial é caracterizado por uma maior distribuição das responsabilidades dentro da estrutura organizacional, diminuindo a hierarquia verticalizada do modelo burocrático e favorecendo o processo de horizontalização.

Isso conferiu maior autonomia aos funcionários que antes estavam engessados a uma cascata hierárquica. Além disso, a mudança no foco do controle para o resultado trouxe consigo uma maior flexibilidade no que diz respeito aos procedimentos/processos administrativos, o que veio acompanhado de maiores responsabilidades e, consequentemente, maior responsabilização (*accountability*).

Gabarito: certa.

---

20. (FCC / AL-MS – Analista em RH - 2016)

NÃO diz respeito ao modelo gerencial de gestão da Administração pública:

a) controle a posteriori dos resultados.

b) descentralização e redução dos níveis hierárquicos.

c) competição administrativa no interior do próprio Estado.

d) verticalização das estruturas e separação entre esferas de decisão e de execução.

e) terceirização de atividades auxiliares ou de apoio.

Comentários

A verticalização é uma característica das organizações burocráticas, de caráter hierárquico.

Gabarito: D

---

21. (FCC / TRT 24ª Região – AJAA - 2017)

Constitui(em) característica(s) própria(s) e inovadora(s) do modelo gerencial de Administração pública, que o diferencia(m) dos outros modelos precedentes:

a) combate ao patrimonialismo.

b) controle de resultados.

c) formalização dos procedimentos.

d) profissionalização do corpo técnico.

e) hierarquia e meritocracia.

Comentários

Todas as características, com exceção daquela prevista na opção B, referem-se ao modelo burocrático.

Gabarito: B

---

22. (FCC / Prefeitura de São Paulo – Auditor Fiscal do Município - 2013)

Com relação à introdução do paradigma pós-burocrático na administração pública brasileira, considere:

I. A partir de meados dos anos 1990 houve flexibilização e, posteriormente, ruptura do modelo burocrático, tendo em vista que as organizações públicas abandonaram a racionalidade formal como paradigma de ação.

II. Apesar de todas as mudanças recentes, as organizações ditas pós-burocráticas ainda estão vinculadas à lógica racional-legal, base do modelo criado por Max Weber.

III. A organização pós-burocrática teria como principais características a centralização e a estruturação em redes hierarquizadas articuladas por fluxos verticais de informação.

IV. As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, e estão baseadas na participação, confiança e compromisso de todos em torno de resultados.

V. O tipo organizacional pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente intensivos, fortemente preocupados pela formação de consensos baseados no personalismo.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e IV

b) III e V

c) I, II e III

d) III, IV e V

e) I, II, III e IV

Comentários

I - INCORRETA. O modelo burocrático sucedeu o patrimonialista e foi sucedido pelo gerencial, todavia nenhum dos modelos existiu de forma isolada, uma vez que os posteriores carregaram algumas características do modelo anterior. A reforma gerencial de 1990 introduziu o modelo gerencial de administração e aperfeiçoou elementos burocráticos presentes na Administração Pública. Nessa linha, mesmo na atual predominância do modelo gerencial, ainda é forte a presença da impessoalidade na administração, da alta normatização, características da administração burocrática.

II – CORRETA. Conforme explicado acima, a racionalidade-legal ainda é presente na Administração Pública pós reforma dos anos 90.

III – INCORRETA. Essas características são do modelo burocrático.

IV – CORRETA. A administração gerencial é voltada para os resultados e tem como uma de suas características a maior participação de todos na formulação e execução das políticas públicas.

V – INCORRETA. A principal diferença entre a administração gerencial e a burocrática está no foco nos resultados. Não há nenhuma relação com personalismo ou uso intensivo de tecnologia.

Gabarito: A

---

23. (FCC / TCE-PR – Analista de Controle - 2011)

Ao relacionar os diversos modelos teóricos de Administração Pública é correto afirmar:

a) Os modelos, em seu desenvolvimento, culminam no gerencial, sem que suas formas antecessoras deixem de existir inteiramente.

b) O modelo gerencial pressupõe o foco central no controle, formalização de processos e no empenho periférico em resultados.

c) O modelo burocrático supera o patrimonial em uma época em que o enfoque neoliberal pressupõe o fortalecimento do Estado perante a coisa privada.

d) As maiores diferenças entre o modelo gerencial e o burocrático na administração pública estão relacionadas ao profissionalismo e à impessoalidade.

e) O modelo patrimonialista ressalta o poder da administração pública na gestão de seus órgãos, tendo por finalidade o bem comum.

Comentários

Conforme comentado na questão anterior, os modelos, em seu desenvolvimento, se sucedem sem que suas formas antecessoras deixem de existir inteiramente. Assertiva A correta.

A assertiva B descreve o modelo burocrático.

A assertiva C erroneamente mistura neoliberalismo com o momento do surgimento do modelo burocrático.

O profissionalismo e a impessoalidade são características presentes nos dois modelos de administração pública. Portanto, assertiva D errada.

Por fim, no modelo patrimonialista, o aparelho estatal funciona como extensão do poder do soberano e, assim, raramente tem por finalidade o bem comum e sim atender a interesses pessoais.

Gabarito: A

---

24. (FCC / DPE-SP – Administrador - 2015)

Os seguintes modelos gerenciais têm como principais características:

a) Modelo Gerencial - Gerencialismo Puro

Características - Efetividade e qualidade dos serviços.

b) Modelo Gerencial - Consumerism

Características - Economia e eficiência.

c) Modelo Gerencial - Consumerism

Características - Accountability e equidade.

d) Modelo Gerencial - Public Service Orientation

Características - Efetividade e qualidade dos serviços públicos.

e) Modelo Gerencial - Public Service Orientation

Características - Accountability e equidade.

Comentários

O modelo gerencial percorreu três frases distintas, a saber:

- **Gerencialismo puro *(Managerialism)***
- ***Consumerism***
- ***Public Service Orientation - PSO***

A fase inicial do modelo gerencial é conhecida como **Gerencialismo Puro,** ou ***Managerialism*.** Seu foco foi a redução de custos e de pessoal e o aumento da **eficiência,** o que está intimamente ligado às razões que motivaram o surgimento do modelo gerencial. A ideia central era equilibrar as finanças e melhorar a produtividade dos órgãos públicos.

A segunda fase do modelo gerencial é conhecida como ***Consumerism*,** em que deixa de se preocupar apenas com redução de gastos e aumento da eficiência e passa a focar nas necessidades do consumidor, do cliente, da população, ou seja, na **efetividade** das ações estatais. Portanto, essa fase é marcada pelo foco no cidadão como consumidor/cliente dos serviços do oferecidos pelo Estado (paradigma do cliente).

A última fase do modelo gerencial ficou conhecida ***Public Service Orientation*,** na qual o destinatário do serviço público deixou de visto como um mero cliente e passou a ser encarado como um cliente-cidadão, possuindo direitos e deveres. A ideia foi trazê-lo para dentro da esfera de funcionamento do Estado, a fim de que participe do direcionamento das atividades estatais. É nessa fase que são introduzidos os conceitos de **equidade,** de justiça, de transparência, de ***accountability*** e de participação popular.

Gabarito: E

A Reforma Gerencial no Brasil

25. (CEBRASPE/CESPE / TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

A reforma administrativa que transferiu atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, como uma estratégia de superação da rigidez burocrática, foi realizada no século passado,

a) em meados dos anos 70, com a criação da Secretaria de Modernização (SEMOR).

b) no começo da década de 80, com a criação do Programa Nacional de Desburocratização (PrND).

c) em 1995, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.

d) na década de 30, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

e) no fim da década de 60, por meio do Decreto-lei n.º 200/1967.

Comentários

Segundo Bresser-Pereira, **o Decreto-lei nº 200/1967 foi o primeiro momento da administração gerencial no Brasil,** buscando a superação das disfunções do modelo burocrático. Sua principal característica foi a **descentralização**, por meio da **administração indireta** (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), no intuito de **flexibilizar a administração.**

Gabarito: E

---

26. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PA - Analista de Controle Externo - 2016)

O Decreto-lei nº 200/1967, na tentativa de modernizar a gestão pública no Brasil, estabeleceu como princípios fundamentais o planejamento, a organização, o treinamento e a direção.

Comentários

Os princípios instituídos pelo **Decreto-lei nº 200/1967** foram **planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.**

Gabarito: errada.

---

27. (CEBRASPE/CESPE / TRE-PE - AJAA - 2016)

Em relação ao princípio da descentralização na administração pública, assinale a opção correta.

a) Para formalizar a descentralização de atividades da administração federal para as unidades federadas, os instrumentos legais utilizados são os contratos.

b) A administração de casos individualizados e a definição das normas e critérios a serem obedecidos pelos responsáveis pela execução são de competência de cada nível de execução.

c) Nos órgãos da administração federal, a estrutura central de direção deve concentrar-se no planejamento, na supervisão, na coordenação e no controle, e não nas rotinas de execução de tarefas de mera formalização de atos administrativos.

d) Convênios e parcerias público-privadas são as formas de descentralização de atividades da administração federal para a esfera privada.

e) A distribuição das atividades entre os servidores dentro de um mesmo núcleo da administração pública é uma forma de descentralização.

Comentários

Questão baseada no art. 10 do Decreto-lei nº 200/67:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;

b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

§ 2° Em cada órgão da Administração Federal, os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e contrôle.

§ 3º A Administração casuística, assim entendida a decisão de casos individuais, compete, em princípio, ao nível de execução, especialmente aos serviços de natureza local, que estão em contato com os fatos e com o público.

§ 4º Compete à estrutura central de direção o estabelecimento das normas, critérios, programas e princípios, que os serviços responsáveis pela execução são obrigados a respeitar na solução dos casos individuais e no desempenho de suas atribuições.

§ 5º Ressalvados os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, a execução de programas federais de caráter nitidamente local deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes.

§ 6º Os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão contrôle e fiscalização indispensáveis sôbre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios.

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e contrôle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional.

a) Errada. A descentralização de atividades da administração federal para unidades federadas deve se dar mediante convênio.

b) Errada. A administração de casos individualizados é de competência de cada nível de execução. Porém a definição das normas e critérios a serem obedecidos pelos responsáveis pela execução compete à estrutura central de direção.

c) Correta. Art. 10, § 2º, do DL 200/67.

d) Errada. A descentralização de atividades da administração federal para a órbita privada deve se dar mediante contratos ou concessões.

e) Errada. A distribuição das atividades entre os servidores dentro de um mesmo núcleo da administração pública é uma forma de desconcentração.

Gabarito: C

---

28. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão – 2017)

A CF, além de ampliar direitos e garantias individuais e sociais, flexibilizou a gestão da máquina pública, por meio de determinações que livram a administração indireta dos procedimentos que deviam ser seguidos pela administração direta.

Comentários

Pelo contrário, com a promulgação da **CF/88** houve um **retrocesso burocrático** e um engessamento do aparelho estatal. Como exemplos, tivemos a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, a instituição da obrigatoriedade de Regime Jurídico Único para os servidores e a retirada da flexibilidade operacional da administração indireta.

Gabarito: errada.

---

29. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Controle Externo - 2017)

Com a reforma do Estado brasileiro, o Estado deixou de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social e tornou-se o seu regulador e promotor.

Comentários

Com o **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE (1995),** o Estado, que, no modelo burocrático, tinha o objetivo de intervir na economia para alavancar seu desenvolvimento, passou a se concentrar na regulação e controle, mantendo apenas as atividades essenciais, e deixando para o terceiro setor e o mercado as demais atividades. Portanto, afasta-se do Estado a função de promotor e agente ativo do processo de desenvolvimento econômico e social, fortalecendo-se suas funções voltadas ao fomento, regulação e controle da atividade econômica.

Reparem que a assertiva não disse que o Estado deixou de ser responsável pelo desenvolvimento econômico e social, mas sim que deixou de ser responsável direto!

Gabarito: certa.

---

30. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Controle Externo - 2017)

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, lançado em 1995, pautou-se na orientação de substituir a burocracia tradicional, weberiana, por um modelo mais próximo das práticas de gestão do setor privado e do modelo de Estado de bem-estar social.

Comentários

O **PDRAE** não se pautou na orientação de substituir, mas sim de reformar o aparelho do Estado. Tanto é que um de seus objetivos era modernizar a administração burocrática, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade, através de uma política de profissionalização do serviço público.

Muito cuidado também com a afirmação de que a reforma buscava aproximar o Estado de modelo de Estado de Bem-Estar Social, pois há divergências de opinião quanto às propostas do plano. Para alguns, o Plano visava a eficiência da Administração Pública baseada em um modelo gerencial contemporâneo, com foco na regulamentação e no controle, e não no bem-estar social.

Gabarito: errada.

---

31. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PA – Auditor de Controle Externo - 2016)

A reforma da gestão pública de 1995 instituiu na administração pública brasileira a dimensão gestão, a qual permitiu maior autonomia e introdução de novas formas de responsabilização para os gestores, como a administração por resultados, a competição administrada por excelência e o controle social.

Comentários

A Reforma da Gestão Pública de 1995 compreendeu três dimensões:

a) uma dimensão **institucional-legal,** voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais;

b) uma dimensão **gestão,** definida pela maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores – a administração por resultados, a competição administrada por excelência e o controle social – em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática; e

c) uma dimensão **cultural,** de mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da administração gerencial.

Gabarito: certa.

---

32. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Gestão – 2017)

O movimento conhecido como nova gestão pública foi introduzido no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o objetivo de tornar a administração pública mais efetiva, embora menos eficiente.

Comentários

A **Nova Gestão Pública** adotou duas perspectivas: a finalística, ligada ao conceito de eficácia e efetividade da gestão pública; e a perspectiva meio, ligada a uma gestão eficiente da máquina pública.

Basta lembrar que em 1998 a Constituição foi emendada para que nela constasse expressamente como princípio da Administração Pública a eficiência.

Gabarito: errada.

---

33. (CEBRASPE/CESPE / TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, um dos fatores para a crise do Estado é o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado. Nos países desenvolvidos, essa estratégia estatizante é simbolizada pelo Estado

a) regulador.

b) burocrático.

c) patrimonial.

d) autoritário.

e) do bem-estar social.

Comentários

O **Estado do Bem-Estar Social** tem como característica a intervenção estatal objetivando garantir padrões mínimos de serviços públicos a toda a população. Esse modelo surgiu nos países desenvolvidos no pós-guerra, mas com o passar dos anos ocasionou uma crise fiscal, derivada da incapacidade de o Estado suportar os altos gastos sociais por longos períodos.

Gabarito: E

---

34. (FCC / TRT3 – AJAA - 2015)

Uma das etapas relevantes que pode ser apontada na evolução estrutural da Administração pública no Brasil foi a instituição da Comissão Amaral Peixoto, que identificou, entre as questões-chave a serem solucionadas, a centralização excessiva da Administração na Presidência da República e ausência de coordenação nas ações de governo. Referidos estudos serviram de inspiração

a) ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, que implementou o modelo gerencial na Administração pública brasileira.

b) ao Programa Nacional de Desburocratização, que visava aumento na eficiência e simplificação de processos.

c) à edição do Decreto-Lei n° 200, de 1967, que reorganizou a Administração direta e expandiu as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

d) ao paradigma pós-burocrático instituído com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, que objetivava a racionalização do serviço público.

e) à consolidação do modelo de gestão por resultados instituído a partir do programa de governo denominado Gespública.

Comentários

No governo de João Goulart, formou-se a Comissão Amaral Peixoto, com o objetivo de coordenar estudos para uma reforma do modelo administrativo no Brasil. Apesar de o golpe militar de 1964 ter abortado essa iniciativa, algumas ideias foram aproveitadas na reforma empreendida por meio do DL 200/67.

Percebam que não era preciso sequer ter ouvido falar da Comissão Amaral Peixoto para acertar a questão, pois o enunciado deu dicas valiosas para se chegar à resposta ao citar a **centralização** excessiva da Administração na Presidência da República e a **ausência de coordenação** nas ações de governo.

Vamos então lembrar os princípios norteadores da reforma de 1967 estão **previstos no ainda vigente art. 6º do DL nº 200/1967**:

I - Planejamento

II - Coordenação

III - Descentralização

IV - Delegação de Competência

V – Controle

Gabarito: C

---

35. (FCC / CNMP – Analista do CNMP - 2015)

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Estado, é correto afirmar que

a) a publicização refere-se ao processo de dar publicidade a todos os atos da Administração pública.

b) a publicização refere-se ao processo de transferência da execução dos serviços públicos não exclusivos para as OSCIPS, apenas.

c) a administração dos museus deveria ser realizada em parceria entre o setor público estatal e o setor público não-estatal.

d) o serviço público de Educação deveria ser ofertado exclusivamente pela Administração pública direta.

e) a produção para o mercado deveria ser uma atividade exclusivamente estatal.

Comentários

Vejamos a correção de cada uma das alternativas, de acordo com o que diz o PDRAE:

a) e b) Erradas. A publicização é a transferência de um serviço público do setor estatal para o público não-estatal, por meio das Organizações Sociais (OS).

C) Correta. A administração dos museus é exemplo inequívoco de serviço não exclusivo, no qual a atuação pública pode se dar por meio do setor público não estatal.

D) Errada. O serviço de educação poderia ser **publicizado**.

E) Errada. A propriedade deveria ser **privada**, só se justificando a propriedade estatal onde ela fosse imprescindível.

Gabarito: C

---

36. (FCC / TRT 19ª Região – AJAA - 2014)

No Brasil, o modelo de Administração Pública Gerencial, conceituado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,

a) propõe a transferência à iniciativa privada, por meio da privatização, das atividades não exclusivas de Estado e retomada, pela publicização, das atividades de interesse público.

b) adota, no plano da estrutura organizacional, ampla verticalização com ampliação dos níveis hierárquicos e competências claramente definidas.

c) busca a eficiência da atuação pública, com redução de custos, aumento de qualidade, coibindo a competição administrada no interior do Estado.

d) introduz o conceito de monitoramento de resultados, a partir do estabelecimento de indicadores, utilizados para promover a ascensão dos servidores, a exemplo das práticas adotadas pela iniciativa privada.

e) propugna a alteração da forma de controle, que deixa de se basear nos processos para se concentrar nos resultados, com foco na satisfação do usuário-cidadão.

Comentários

a) Errada. As atividades não exclusivas deveriam passar por publicização, e não privatização.

b) Errada. O mote era flexibilização e descentralização, o que significa estruturas mais horizontais e com menos níveis hierárquicos.

c) Errada. A competição entre entes públicos deveria ser estimulada, pois isso seria capaz de gerar maior eficiência da atuação pública, com redução de custos e aumento de qualidade.

d) Errada. Não há essa previsão específica, ainda que sua implementação possa estar em linha com os princípios gerais do modelo.

e) Certa. O controle continua presente, mas passa a ser de resultados, tendo em vista a orientação de serviço público para a satisfação do cidadão.

Gabarito: E

---

37. (FCC / SEFAZ-PI - Analista do Tesouro Estadual - 2014)

A crise enfrentada pelo Estado nos anos 1980, decorrente tanto das constrições fiscais como das distorções que a Administração havia experimentado nas décadas anteriores, inspirou a apresentação, sob o comando do então Ministro Bresser Pereira, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que contempla, entre suas diretrizes, a

a) institucionalização, que considera que a reforma independeria de alterações do marco constitucional e legal, sendo levada a efeito a partir de uma mudança cultural.

b) desestatização, que compreende a privatização e a terceirização de atividades do denominado núcleo estratégico.

c) publicização, baseada na transferência para organizações públicas não estatais de atividades não exclusivas de Estado.

d) introdução do conceito de propriedade pública não estatal, aplicável aos setores voltados à produção para o mercado.

e) transferência para a União das ações de caráter regional, reservando aos Estados as de caráter meramente local.

Comentários

Para Bresser Pereira, cada um dos setores do Estado possuía um objetivo específico a ser alcançado com a implementação do PDRAE, a saber:

- **Núcleo Estratégico**
    - Aumentar a efetividade do núcleo estratégico;
    - Modernizar a administração burocrática, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade;
    - Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas.
- **Atividades Exclusivas**
    - Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão;
    - Para isto, substituir a administração pública burocrática, rígida, voltada para o controle a priori dos processos, pela administração pública gerencial, baseada no controle a posteriori dos resultados e na competição administrada;
    - Fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas, viabilizando o controle social das mesmas.
- **Serviços Não-exclusivos**
    - Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, por meio de um programa de "publicização", transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais;
    - Lograr, assim, uma maior autonomia e uma consequente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços;
    - Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade por meio dos seus conselhos de administração.
    - Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, a própria organização social e a sociedade;
    - Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.
- **Produção para o Mercado**

- Dar continuidade ao processo de privatização por meio do Conselho de Desestatização;
- Reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação dos monopólios naturais que forem privatizados;
- Implantar contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas.

Gabarito: C

---

38. (FCC / SEFAZ-SP – Agente Fiscal de Rendas - 2013)

Uma inovação adotada a partir da Emenda Constitucional 19, de 04/06/1998, que pode contribuir para a modernização da administração pública no Brasil é a

a) descentralização dos serviços públicos.

b) obrigatoriedade de licitações na administração pública.

c) instituição dos contratos de gestão.

d) privatização de empresas estatais.

e) terceirização de funções na administração pública.

Comentários

A EC nº 19/1998 introduziu a figura do contrato de gestão ao incluir o § 8º ao art. 37 da CF/88, que assim dispõe:

> *Art. 37...*
>
> *§ 8º A **autonomia** gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta **poderá ser ampliada** mediante **contrato**, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:*
>
> *I - o prazo de duração do contrato;*
>
> *II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;*
>
> *III - a remuneração do pessoal.*

Gabarito: C

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. **Quais fatores históricos influenciaram o surgimento do Modelo Burocrático de administração?**

2. **Podemos confundir as características do modelo Burocrático puro com as suas disfunções apontadas pela doutrina?**

3. **É correto dizer que os modelos de administração pública se sucederam de forma integral, existindo isoladamente, sem a presença de características do modelo anterior?**

4. **O que significam as expressões “absolutismo burocrático” e “insulamento burocrático”?**

5. **Descreva brevemente o contexto histórico do surgimento do modelo gerencial de administração pública, incluindo sua origem.**

6. **É correto afirmar que o modelo gerencial substitui e nega completamente o modelo anterior, o burocrático?**

7. **O que significa controle finalístico?**

8. Com que características ou premissas o controle finalístico se relaciona?

9. Quais foram as fases percorridas pelo gerencialismo?

10. Como é visto o destinatário do serviço público (cidadão) dentro dessas 3 diferentes fases da gestão gerencial?

11. Quanto à reforma administrativa da década de 30, cite: em qual governo ocorreu; suas principais características; e qual a principal medida associada ao período.

12. Contextualize a origem do DASP e sua função e objetivos no âmbito da reforma administrativa da década de 30.

13. Como se dava a atuação do DASP no âmbito da reforma da década de 30?

14. A atuação da DASP logrou êxito em efetivamente se estender a toda administração pública?

15. Como se deu o enfraquecimento do DASP?

16. Caracterize a administração pública brasileira no período conhecido como Administração para o Desenvolvimento, e cite as principais mudanças propostas.

17. No que consistia o termo "Administração Paralela", surgido no governo JK?

18. O que significa o termo ilhas de excelência? Como isso contribuiu para o esgotamento do modelo burocrático vigente?

19. Em que contexto surge a Reforma de 1967?

20. Qual era a principal proposta da reforma de 1967?

21. Quais princípios norteavam a reforma de 1967?

22. De que forma se deu a descentralização na reforma de 1967?

23. Quais efeitos decorreram do incentivo à descentralização?

24. Em que contexto foi criado o Programa Nacional de Desburocratização?

25. Quais foram os objetivos e principais medidas do Programa Nacional de Desburocratização?

26. Explique o termo retrocesso burocrático trazido pela CF/88.

27. Quais eram os objetivos e as principais medidas promovidas pela reforma realizada durante o governo Collor?

28. Em que contexto surge a reforma de 1995? Qual a principal medida associada ao período?

29. É correto dizer que o PDRAE buscava enfrentar a falta de governabilidade do governo?

30. Quais eram os objetivos globais do PDRAE?

31. Segundo o PDRAE, quais os objetivos para cada um dos setores do Estado?

Perguntas com respostas

1. Quais fatores históricos influenciaram o surgimento do Modelo Burocrático de administração?

O desenvolvimento e o consequente aumento da complexidade das sociedades decorrentes dos processos de industrialização demandaram mais e mais serviços do Estado, fato que fez com que este tivesse que se reorganizar a fim de atender às novas demandas da população.

Como o Modelo Patrimonialista não conseguia mais atender a este novo Estado, o Modelo Burocrático surge como uma opção racional e adequada a uma sociedade que não podia mais depender das arbitrariedades de um só indivíduo. A Burocracia de Weber nasce como uma grande evolução do modelo Patrimonialista.

2. Podemos confundir as características do modelo Burocrático puro com as suas disfunções apontadas pela doutrina?

Não. A **teorização do modelo burocrático (modelo burocrático puro), apontada por Weber, não deve ser confundida com as suas disfunções inesperadas**.

Ademais, deve-se ter em mente que o modelo burocrático puro possui características/virtudes já apontadas anteriormente, que representaram um verdadeiro avanço em relação ao modelo Patrimonialista.

3. É correto dizer que os modelos de administração pública se sucederam de forma integral, existindo isoladamente, sem a presença de características do modelo anterior?

Não. O modelo burocrático sucedeu o patrimonialista e foi sucedido pelo gerencial, todavia **nenhum dos modelos existiu de forma isolada**, uma vez que os posteriores carregaram características (positivas e negativas) do respectivo modelo anterior.

Atualmente, há na Administração Pública a coexistência de elementos dos três modelos de administração. Com efeito, ainda há nomeações sem a realização de concurso para cargos de confiança em troca de favores/apoio político (herança do **patrimonialismo**). Nessa linha, mesmo na atual predominância do modelo gerencial, ainda é forte a presença da impessoalidade na administração, da alta normatização, características da administração **burocrática**.

Na prática, **nunca conseguimos aplicar o modelo teórico puro da Burocracia weberiana,** conforme destacado no PDRAE, de 1995, p.29.

4. O que significam as expressões "absolutismo burocrático" e "insulamento burocrático"?

O **absolutismo burocrático** é o fenômeno pelo qual a classe política cede cada vez mais poderes e influência à Burocracia, o que pode acarretar abuso de poder por parte da administração, em prejuízo dos administrados.

É um aspecto negativo associado ao crescimento da burocracia.

Já o **insulamento burocrático** pode ser definido como a estabelecimento de barreiras institucionais destinadas tanto a bloquear pressões partidárias e o encaminhamento de demandas personalísticas quanto a assegurar a eficiência na alocação dos recursos necessários a gestão das políticas governamentais.

É um aspecto positivo associado ao fortalecimento das instituições burocráticas.

5. Descreva brevemente o contexto histórico do surgimento do modelo gerencial de administração pública, incluindo sua origem.

O surgimento do modelo gerencial está intimamente ligado à **crise econômica** das décadas de 70 e 80, o que, em contexto de **crise fiscal do Estado**, sem possibilidade de aumento das receitas, naturalmente levou ao **questionamento do modelo de administração pública vigente à época, o modelo burocrático**.

Nesse cenário, o modelo burocrático passou a ser visto como ineficiente, lento no atendimento das demandas e com gastos excessivos, ao passo que o setor privado era visto como mais eficiente e detentor de um modelo mais adequado de gestão.

Assim, o **setor estatal começa a adotar conceitos e práticas oriundos da gestão privada**, tais como a descentralização, a inovação, a flexibilidade, o foco nas necessidades do cliente (população), surgindo uma **nova concepção de Estado**, conhecida como a **Nova Gestão Pública (*New Public Management*)**.

6. É correto afirmar que o modelo gerencial substitui e nega completamente o modelo anterior, o burocrático?

Embora o modelo gerencial tenha surgido como alternativa e em substituição do modelo burocrático, **não se pode dizer que nega completamente seus princípios**, uma vez que **mantém diversas características "positivas" da burocracia**, tais como a meritocracia, o sistema estruturado de remuneração, a avaliação de desempenho, o conceito de carreira, etc.

7. O que significa controle finalístico?

É o controle focado no **resultado final (*a posteriori*)** do que será entregue como produto ao cliente, no caso da administração pública, à população. Trata-se a sua implementação de **uma das maiores mudanças em relação ao modelo anterior** (burocrático), que focava o controle nos processos.

8. Com que características ou premissas o controle finalístico se relaciona?

Também conhecido como controle *a posteriori*, pressupõe um **certo grau de confiança (ainda que limitado) nos agentes públicos** de modo a conferir **maior autonomia** à sua atuação para a consecução dos **objetivos precisamente já definidos**. Valoriza, portanto, a **tomada de decisões** e o **empreendedorismo**, funcionando bem em ambiente competitivo, que naturalmente demanda o **aumento da eficiência e da eficácia administrativa**.

9. Quais foram as fases percorridas pelo gerencialismo?

O modelo gerencial percorreu três frases distintas, a saber:

- Gerencialismo puro (*Managerialism*)
- *Consumerism*
- *Public Service Orientation - PSO*

10. Como é visto o destinatário do serviço público (cidadão) dentro dessas 3 diferentes fases da gestão gerencial?

- ***Managerialism* ou gerencialismo puro**: o destinatário do serviço público é encarado como **contribuinte**, um mero **financiador** do Estado.
- ***Consumerism***: nessa fase, passou a ser visto **cliente/consumidor**, que **demanda serviços** públicos de qualidade.
- ***Public Service Orientation***: por fim, passou a ser visto como **cidadão**, como indivíduo que **vive em sociedade**, com **direitos e deveres**, que **pode e deve participar do funcionamento do Estado**.

11. Quanto à reforma administrativa da década de 30, cite: em qual governo ocorreu; suas principais características; e qual a principal medida associada ao período.

A reforma administrativa dos **anos 30** é conhecida como a ***Era Vargas***, ocorrida no governo do presidente Getúlio Vargas, se iniciou em 1930 e teve fim em 1945.

Tinha como **objetivo cessar com as práticas patrimonialistas** predominantes àquela época e **dar início a uma gestão burocrática** no Brasil, nos moldes weberianos.

Suas principais características foram: a **centralização do poder na União**; a **modernização da máquina pública** brasileira promovida pelo DASP (criado em seu governo); **incentivo ao desenvolvimento econômico** por meio da **industrialização** e da **intervenção econômica**, com práticas **protecionistas**.

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) é a maior marca da reforma.

12. Contextualize a origem do DASP e sua função e objetivos no âmbito da reforma administrativa da década de 30.

O **DASP surge efetivamente em 1938** (originado do Conselho Federal do Serviço Público Civil, de 1936) como uma demanda necessária à **entrada do Estado brasileiro em uma nova era de industrialização e de desenvolvimento capitalista**.

O DASP foi o **órgão que formulou e executou as mudanças na administração pública no período Vargas** e tinha como objetivos principais:

- a **racionalização** de métodos, processos e procedimentos;
- a **definição da política de recursos humanos, de compra de materiais e finanças;** e a
- **centralização e reorganização** da administração pública federal.

13. Como se dava a atuação do DASP no âmbito da reforma da década de 30?

A atuação do DASP era pautada nos princípios da Administração Científica (**Planejamento**, **Preparo**, **Controle** e **Execução**) e se deu nas seguintes frentes:

- Criação de órgãos formuladores de políticas públicas;
- Expansão de órgãos da administração direta; e
- Expansão das atividades empresariais do Estado.

14. A atuação da DASP logrou êxito em efetivamente se estender a toda administração pública?

O DASP foi o órgão que **formulou e executou as mudanças** na administração pública no período Vargas, no entanto **suas mudanças não alcançaram toda a administração pública**.

Carreiras e setores determinantes para o projeto de Estado pensado foram contemplados pelas novas práticas implementadas com a reforma. Outros grupos menos relevantes foram deixados de lado. Assim, **práticas patrimonialistas ainda conviviam com as novas práticas burocráticas**.

15. Como se deu o enfraquecimento do DASP?

A **atuação do DASP dependia do apoio de Getúlio** e seu autoritarismo. Com a saída de Vargas, tem-se um novo regime democrático no qual **o DASP perde consideravelmente a capacidade de proceder às mudanças.**

Como resultado, **não foi possível completar a reforma (não significa dizer que a reforma foi revertida)**.

16. Caracterize a administração pública brasileira no período conhecido como Administração para o Desenvolvimento, e cite as principais mudanças propostas.

A administração para o Desenvolvimento ocorreu no período de **redemocratização entre o ano de 1946 e o golpe militar de 1964**, durante o **governo de Juscelino Kubitschek**.

Nesse período, a preocupação dos governantes girava em torno do **desenvolvimento nacional**, tendo como principais características o **aumento da intervenção do Estado** na economia e a **descentralização do setor público**, por meio da criação autarquias e sociedades de economia mista (**Administração Paralela**).

17. No que consistia o termo "Administração Paralela", surgido no governo JK?

O termo "Administração Paralela" surgiu para denominar a **solução utilizada no governo de JK** para **contornar os entraves e dificuldades** existentes em certas estruturas da **administração direta**, que ainda sofriam com **práticas patrimonialistas e clientelistas**, bem como com as já notórias **disfunções burocráticas**.

Nesse sentido, ao deparar-se com problemas decorrentes da ineficiência estatal da administração direta, **o governo JK criava novas estruturas estatais paralelas às existentes (normalmente autarquias)**, em vez de adequá-las às novas necessidades do Estado.

18. O que significa o termo ilhas de excelência? Como isso contribuiu para o esgotamento do modelo burocrático vigente?

As **estruturas paralelas** criadas para contornar a ineficiência (ainda) patrimonialista e burocrática da administração direta são o que se chama de **ilhas de excelência**, uma vez que:

- eram dotadas de **maior autonomia gerencial**;

- contavam com **funcionários altamente capacitados**;
- **contratados por mérito**, **sem necessidade de concurso público**; e
- ofereciam **remunerações compatíveis com o mercado**.

Esse **contraste entre a moderna administração paralela e a ineficiente administração direta** evidenciou o quão inadequado era o modelo burocrático para as necessidades da sociedade e do Estado brasileiro.

19. Em que contexto surge a Reforma de 1967?

O governo militar assumiu o poder em 1964 com uma proposta de **modernização do Estado**, de **reequilíbrio da economia** e de **contenção da inflação**, a serem obtidos por meio do plano econômico chamado de **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)**.

O PAEG tinha como objetivos declarados:

- **acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico** do país interrompido no biênio 1962-1963;
- **conter progressivamente o processo inflacionário** durante 1964 e 1965 objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;
- **atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais** e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais mediante a melhoria das condições de vida;
- **assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego** produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; e
- **corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos**, que ameaça a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar.

20. Qual era a principal proposta da reforma de 1967?

A edição do DL nº 200/1967 foi o principal marco legal da reforma de 1967, que surgiu como a **primeira tentativa de se superar a rigidez do modelo burocrático**, iniciado em 1930, no governo Vargas. É considerada, portanto, **o primeiro momento da administração gerencial do país**, nos termos do PDRAE.

21. Quais princípios norteavam a reforma de 1967?

Os princípios norteadores da reforma de 1967 estão **previstos no ainda vigente art. 6º do DL nº 200/1967**:

- **Planejamento**
- **Coordenação**
- **Descentralização**
- **Delegação de Competência**
- **Controle**

22. De que forma se deu a descentralização na reforma de 1967?

No art. 10 do DL nº 200/1967 está previsto que a execução das atividades da Administração Federal **deverá ser amplamente descentralizada**.

A descentralização será posta em prática em **três planos principais**:

- **dentro dos quadros da Administração Federal**, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;
- **da Administração Federal para a das unidades federadas**, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
- **da Administração Federal para a órbita privada**, mediante contratos ou concessões.

23. Quais efeitos decorreram do incentivo à descentralização?

A **expansão em demasia da administração indireta**, sem dispensar atenção à administração direta, **salientou a diferença** entre a moderna e ágil administração indireta e rígida e burocrática administração direta, o que **gerou tensão** entre os órgãos centrais e as entidades da administração indireta.

Com a descentralização, a administração indireta ganhou **grande autonomia**, o que abriu oportunidade para a **práticas clientelistas e patrimonialistas**.

A expansão em demasia da administração indireta e o excesso de autonomia deram causa a **perda do controle por parte do governo**.

24. Em que contexto foi criado o Programa Nacional de Desburocratização?

O Programa Nacional de Desburocratização foi criado 1979, no **fim do regime militar**, como uma **nova tentativa** de **superar** as **distorções causadas pelo modelo burocrático**.

25. Quais foram os objetivos e principais medidas do Programa Nacional de Desburocratização?

O programa tinha como objetivos a **simplificação e racionalização de métodos**, buscando tornar os **órgãos públicos menos rígidos**.

Ademais, foi pioneiro na noção de que **a máquina pública deveria ter seu funcionamento voltado ao atendimento das demandas dos cidadãos**.

Teve como proposta a **redução do tamanho do Estado** e iniciou um **processo de privatizações**.

26. Explique o termo retrocesso burocrático trazido pela CF/88.

A Constituição de 1988 trouxe grandes **mudanças positivas no campo político**, com a **descentralização do poder central**, aumentando a autonomia dos governos estaduais e municipais.

Tendo como premissa a ideia de que a crise do Estado estaria na descentralização em demasia e na autonomia concedida à administração indireta por meio do DL nº 200/1967, foram tomadas medidas no **campo administrativo** que representaram um verdadeiro **retrocesso**:

- **Centralização administrativa**;
- **Redução da autonomia da administração indireta**, tal qual a administração direta;
- **Retorno de ideais burocráticos**, tais como a hierarquia e a rigidez;

- **Criação do regime jurídico único**, com a incorporação de celetistas e estatutários;
- **Criação de privilégios injustificáveis e desproporcionais para servidores**.

27. Quais eram os objetivos e as principais medidas promovidas pela reforma realizada durante o governo Collor?

Em resposta ao crescimento do Estado favorecido pela CF/88, a reforma de Collor, de **viés neoliberal**, teve como **objetivo a redução da presença do Estado na vida social e econômica**.

Teve como medidas a **troca de moeda**, **congelamento e bloqueio de contas**, com **demissões de servidores** em larga escala e **acelerado processo de privatizações**, em **forte arrocho fiscal**.

28. Em que contexto surge a reforma de 1995? Qual a principal medida associada ao período?

Em vista **do retrocesso burocrático** ocorrido com a CF/88, o Estado começou a **perder a sua capacidade de planejar, formular e executar políticas públicas**, ou seja, sofria com uma **crise de governança**, fazendo com que uma **reforma administrativa fosse necessária**.

Com isso, o **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)**, elaborado por **Bresser Pereira**, foi editado com o **objetivo de implantar a administração gerencial** na administração pública brasileira.

Dentre as principais medidas pregadas pelo PDRAE estavam: **aumento da *accountability*** no serviço público, **maior autonomia administrativa** (descentralização), **gestão por resultados** (controle a **posteriori**), **horizontalização de estruturas**, etc.

29. É correto dizer que o PDRAE buscava enfrentar a falta de governabilidade do governo?

Segundo Bresser Pereira, *"O governo brasileiro **não carece de "governabilidade"**, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um **problema de governança**, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas estava limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa."*

30. Quais eram os objetivos globais do PDRAE?

Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.

Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.

Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da União.

Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.

31. Segundo o PDRAE, quais os objetivos para cada um dos setores do Estado?

➢ Para o **Núcleo Estratégico**:

- **Aumentar a efetividade do núcleo estratégico;**

- **Modernizar a administração burocrática**, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade;

- **Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial** para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas.

➢ Para as **Atividades Exclusivas:**

- **Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas,** administradas segundo um contrato de gestão;

- Para isto, **substituir a administração pública burocrática**, rígida, voltada para o controle a priori dos processos, **pela administração pública gerencial**, baseada no controle a posteriori dos resultados e na competição administrada;

- **Fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular** tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas, viabilizando o controle social das mesmas.

➢ Para os **Serviços Não-Exclusivos:**

- **Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, por meio de um programa de "publicização"**, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais;

- Lograr, assim, uma **maior autonomia e uma consequente maior responsabilidade para os dirigentes** desses serviços;

- Lograr adicionalmente um **controle social direto desses serviços por parte da sociedade** por meio dos seus conselhos de administração.

- Lograr, finalmente, uma **maior parceria entre o Estado, a própria organização social e a sociedade**;

- **Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços**, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.

➢ Para a **Produção para o Mercado:**

- Dar **continuidade ao processo de privatização** por meio do Conselho de Desestatização;

- **Reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação** dos monopólios naturais que forem privatizados;

- Implantar **contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas**.

CONCLUSÃO

Bem pessoal, encerramos aqui nosso primeiro Passo Estratégico.

Um grande abraço e bons estudos!

Gustavo Garcia

Vinícius de Oliveira

Lista de Questões Estratégicas

1. **(CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão – 2017)**

A administração pública do período colonial seguia um modelo patrimonial em que a distinção entre o patrimônio público e o patrimônio privado era imprecisa.

2. **(FCC / SEFAZ-PI - Analista do Tesouro Estadual - 2014)**

Entre as características do modelo de gestão administrativa patrimonialista pode ser apontado, em uma análise crítica,

a) a ausência de carreiras administrativas, bem assim de clara distinção entre patrimônio público e privado.

b) o excesso de verticalização e padronização dos procedimentos.

c) a estrutura hierárquica inflexível, afastando a meritocracia e propiciando o abuso de poder pela autoridade central.

d) o apego exagerado às regras, privilegiando a forma em detrimento do interesse do cidadão.

e) a excessiva ênfase no conceito de supremacia do interesse público sobre o privado, colocando o administrado a serviço do Estado e não o contrário.

3. **(FCC / AL-MS – Analista em RH - 2016)**

Na evolução da Administração pública no Brasil, assim como em outros países, verificou-se o abandono do paradigma burocrático e a implantação do modelo gerencial. São diferenças que podem ser apontadas entre esses dois modelos:

I. No modelo burocrático o controle é a priori, enquanto no gerencial a ênfase é no controle de resultados.

II. O modelo burocrático preconiza estrutura hierárquica rígida, enquanto o gerencial é mais flexível, com redução de níveis e maior autonomia.

III. No modelo burocrático inexiste separação entre propriedade e a administração, sendo que somente a partir do modelo gerencial é que foi introduzido o conceito de meritocracia.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III

b) III.

c) II e III.

d) I e II.

e) II.

4. **(CEBRASPE/CESPE / TCU – AFCE – 2011)**

O modelo burocrático de administração separa o político e o administrativo.

5. **(CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)**

O poder racional-legal, representado por princípios como impessoalidade e formalismo, é característico de um Estado que segue um modelo burocrático.

6. **(CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Gestão – 2017)**

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), visando dar maior agilidade ao alcance dos objetivos do plano de metas, a administração indireta passou a participar ativamente da execução das políticas de governo, uma vez que a administração direta era tida como lenta e defasada.

7. **(FCC / SEFAZ-SP – Agente Fiscal de Rendas - 2013)**

Considere a tabela que segue:

Modelos da Gestão Pública	Características dos Modelos
I. Burocrático	**1.** Representa o tipo ideal da dominação racional-legal weberiana.
II. Patrimonialista	**2.** Abre espaço para a atuação de novas figuras institucionais, como as Parcerias Público-Privadas e Organizações da Sociedade Civil.
III. Gerencial	**3.** Típico das monarquias absolutistas.

Na primeira coluna estão relacionados os três tipos consagrados de modelos para a administração do Estado; a segunda coluna apresenta três características referentes aos modelos. A alternativa que apresenta a associação correta é:

a) I-3, II-2, III-1.

b) I-3, II-1, III-2.

c) I-2, II-1, III-3.

d) I-1, II-2, III-3.

e) I-1, II-3, III-2.

8. **(FCC / SEAD-PI – Gestor Público - 2013)**

Considere as seguintes afirmações sobre as características da abordagem burocrática do pensamento administrativo:

I. Regras e normas técnicas claramente definidas, bem como os instrumentos necessários de coerção e limitação do seu uso.

II. Divisão do trabalho bem definida e sistemática, com áreas específicas de competência e atribuição ao responsável da necessária autoridade.

III. Concentração da administração na figura do proprietário, constituindo corolário da aplicação da hierarquia.

Está correto o que consta em

a) I, II e III.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II, apenas.

9. (FCC / TCE-CE – Conselheiro Substituto - 2015)

O modelo burocrático de gestão na Administração pública apresenta, como um dos traços que o diferenciam do modelo patrimonialista:

a) criação de cargos públicos na forma de prebendas, em substituição às anteriores sinecuras.

b) inexistência de distinção entre o público e privado, com domínio da estrutura pública pelos detentores do poder.

c) controle concentrado nos resultados e não mais nos processos e procedimentos administrativos.

d) participação popular na avaliação da qualidade dos serviços públicos.

e) meritocracia bem como o combate à corrupção e ao nepotismo.

10. (FCC / TCE-CE – Analista de Controle Externo - 2015)

A Administração pública burocrática

a) caracteriza-se pelo controle rígido, exercido prioritariamente por indicadores de gestão.

b) baseia-se no princípio do mérito profissional e enfatiza a definição de metas para a atuação dos servidores públicos e, consequentemente, a sua progressão na carreira.

c) baseia-se no princípio do mérito profissional e enfatiza a importância do cumprimento de regras e procedimentos rígidos.

d) baseia-se no princípio do mérito profissional e atribui grau limitado de confiança aos servidores e políticos, recomendando, para isso, o contrato de gestão.

e) foi adotada em substituição à Administração patrimonial, que distinguia o patrimônio público do patrimônio privado.

11. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PB – Auditor de Contas Públicas – 2018)

A reforma da administração pública conduzida durante o governo de Getúlio Vargas tinha por objetivo tornar o Estado

a) mais profissional e menos patrimonialista, ou seja, um Estado autoritário e burocrático.

b) menos profissional e menos patrimonialista, isto é, um Estado de bem-estar social.

c) mais profissional e mais patrimonialista, ou seja, um Estado regulador.

d) mais patrimonialista e menos burocrático, ou seja, um Estado de bem-estar social.

e) menos patrimonialista e menos burocrático, isto é, um Estado regulador.

12. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PA – Auditor de Controle Externo – 2016)

A criação das primeiras carreiras administrativas na administração pública e a busca pela adoção do concurso como forma de acesso ao serviço público são características do modelo de administração burocrática, implantado na década de 30 do século passado.

13. (FCC / TCE-CE – Conselheiro Substituto - 2015)

Entre os objetivos almejados com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, inclui-se:

a) desburocratizar as atividades administrativas, simplificando procedimentos e reduzindo custos.

b) reorganizar a Administração pública, racionalizando métodos, processos e procedimentos administrativos.

c) descentralizar a atividade administrativa, com a criação de empresas públicas e autarquias, objetivando a flexibilização das regras de contratação de pessoal.

d) substituir o controle prévio das entidades e dos gestores pelo controle por resultados e acompanhamento finalístico.

e) instituir uma política consistente de recursos humanos, envolvendo a capacitação e remuneração por resultados.

14. (FCC / SEFAZ-PI - Analista do Tesouro Estadual - 2014)

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP foi um marco importante na Administração pública federal, com a introdução de características de administração

a) gerencial, com foco na gestão de resultados.

b) burocrática, com ênfase na centralização e reorganização da Administração, gestão de pessoal e racionalização de procedimentos.

c) empreendedora, com ênfase na atuação de fomento.

d) patrimonialista, com ampla criação de órgãos e entidades governamentais.

e) pré-Gerencial, com a introdução de conceitos de avaliação de desempenho.

15. (FCC / SEAD-PI - Gestor Público - 2013)

Foi criado em 1936, no Governo do Presidente Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, com o objetivo de realizar a modernização administrativa então almejada. NÃO se insere entre os preceitos da referida modernização a

a) ênfase no controle das atividades administrativas e não na orientação e acompanhamento.

b) expansão das atividades empresariais do Estado.

c) instituição da função orçamentária como atividade formal e permanente vinculada ao planejamento.

d) criação de órgãos e departamentos formuladores de políticas públicas capazes de promover a integração entre governo e sociedade.

e) descentralização e reorganização da estrutura administrativa, com ênfase nas atividades-fim.

16. (FCC / TCE-AM – Auditor - 2015)

O modelo de Administração pública implementado por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, com o intuito de modernizar a gestão pública conforme os princípios burocráticos weberianos, foi a primeira reforma administrativa institucionalizada da história brasileira e caracterizou-se pela

a) criação de unidades administrativas descentralizadas da burocracia federal.

b) criação das primeiras organizações dotadas de burocracias profissionais baseadas na meritocracia, quais sejam, o Itamaraty e as Forças Armadas.

c) promoção do insulamento burocrático, que estendeu à toda máquina pública federal o princípio universalista do mérito.

d) criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, concebido como uma organização técnica, que não exerceu função de controle político.

e) descentralização do processo de aquisição de compras governamentais, condicionada ao controle e a padronização dos procedimentos.

17. (CEBRASPE/CESPE / TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

Um gestor público decidiu que irá promover mudanças nas práticas de gestão da organização onde trabalha, adotando como princípios a substituição de normas por incentivos, a delegação de autoridade para agentes, a elaboração de orçamentos com base em resultados e a tomada de medidas de desempenho baseadas na percepção dos cidadãos quanto à qualidade da organização.

Nesse caso, o gestor adotará princípios tipicamente representativos

a) da administração burocrática.

b) da administração científica.

c) do empreendedorismo governamental.

d) da administração patrimonialista.

e) da nova administração pública.

18. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão - 2017)

A nova administração pública caracteriza-se pela incorporação de técnicas de gestão oriundas da administração de empresas, como, por exemplo, técnicas do planejamento estratégico.

19. (CEBRASPE/CESPE / CGE-PI - Auditor Governamental - 2015)

O modelo gerencial da administração pública é dinamizado por meio da concessão de liberdade gerencial aos gestores públicos, aspecto essencial para que seja garantida a cobrança de resultados e para o estabelecimento de metas e condições de *accountability*.

20. (FCC / AL-MS – Analista em RH - 2016)

NÃO diz respeito ao modelo gerencial de gestão da Administração pública:

a) controle a posteriori dos resultados.

b) descentralização e redução dos níveis hierárquicos.

c) competição administrativa no interior do próprio Estado.

d) verticalização das estruturas e separação entre esferas de decisão e de execução.

e) terceirização de atividades auxiliares ou de apoio.

21. (FCC / TRT 24ª Região – AJAA - 2017)

Constitui(em) característica(s) própria(s) e inovadora(s) do modelo gerencial de Administração pública, que o diferencia(m) dos outros modelos precedentes:

a) combate ao patrimonialismo.

b) controle de resultados.

c) formalização dos procedimentos.

d) profissionalização do corpo técnico.

e) hierarquia e meritocracia.

22. (FCC / Prefeitura de São Paulo – Auditor Fiscal do Município - 2013)

Com relação à introdução do paradigma pós-burocrático na administração pública brasileira, considere:

I. A partir de meados dos anos 1990 houve flexibilização e, posteriormente, ruptura do modelo burocrático, tendo em vista que as organizações públicas abandonaram a racionalidade formal como paradigma de ação.

II. Apesar de todas as mudanças recentes, as organizações ditas pós-burocráticas ainda estão vinculadas à lógica racional-legal, base do modelo criado por Max Weber.

III. A organização pós-burocrática teria como principais características a centralização e a estruturação em redes hierarquizadas articuladas por fluxos verticais de informação.

IV. As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, e estão baseadas na participação, confiança e compromisso de todos em torno de resultados.

V. O tipo organizacional pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente intensivos, fortemente preocupados pela formação de consensos baseados no personalismo.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e IV

b) III e V

c) I, II e III

d) III, IV e V

e) I, II, III e IV

23. (FCC / TCE-PR – Analista de Controle - 2011)

Ao relacionar os diversos modelos teóricos de Administração Pública é correto afirmar:

a) Os modelos, em seu desenvolvimento, culminam no gerencial, sem que suas formas antecessoras deixem de existir inteiramente.

b) O modelo gerencial pressupõe o foco central no controle, formalização de processos e no empenho periférico em resultados.

c) O modelo burocrático supera o patrimonial em uma época em que o enfoque neoliberal pressupõe o fortalecimento do Estado perante a coisa privada.

d) As maiores diferenças entre o modelo gerencial e o burocrático na administração pública estão relacionadas ao profissionalismo e à impessoalidade.

e) O modelo patrimonialista ressalta o poder da administração pública na gestão de seus órgãos, tendo por finalidade o bem comum.

24. (FCC / DPE-SP – Administrador - 2015)

Os seguintes modelos gerenciais têm como principais características:

a) Modelo Gerencial - Gerencialismo Puro

Características - Efetividade e qualidade dos serviços.

b) Modelo Gerencial - Consumerism

Características - Economia e eficiência.

c) Modelo Gerencial - Consumerism

Características - Accountability e equidade.

d) Modelo Gerencial - Public Service Orientation

Características - Efetividade e qualidade dos serviços públicos.

e) Modelo Gerencial - Public Service Orientation

Características - Accountability e equidade.

25. (CEBRASPE/CESPE / TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

A reforma administrativa que transferiu atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, como uma estratégia de superação da rigidez burocrática, foi realizada no século passado,

a) em meados dos anos 70, com a criação da Secretaria de Modernização (SEMOR).

b) no começo da década de 80, com a criação do Programa Nacional de Desburocratização (PrND).

c) em 1995, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.

d) na década de 30, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

e) no fim da década de 60, por meio do Decreto-lei n.º 200/1967.

26. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PA - Analista de Controle Externo - 2016)

O Decreto-lei nº 200/1967, na tentativa de modernizar a gestão pública no Brasil, estabeleceu como princípios fundamentais o planejamento, a organização, o treinamento e a direção.

27. (CEBRASPE/CESPE / TRE-PE - AJAA - 2016)

Em relação ao princípio da descentralização na administração pública, assinale a opção correta.

a) Para formalizar a descentralização de atividades da administração federal para as unidades federadas, os instrumentos legais utilizados são os contratos.

b) A administração de casos individualizados e a definição das normas e critérios a serem obedecidos pelos responsáveis pela execução são de competência de cada nível de execução.

c) Nos órgãos da administração federal, a estrutura central de direção deve concentrar-se no planejamento, na supervisão, na coordenação e no controle, e não nas rotinas de execução de tarefas de mera formalização de atos administrativos.

d) Convênios e parcerias público-privadas são as formas de descentralização de atividades da administração federal para a esfera privada.

e) A distribuição das atividades entre os servidores dentro de um mesmo núcleo da administração pública é uma forma de descentralização.

28. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão – 2017)

A CF, além de ampliar direitos e garantias individuais e sociais, flexibilizou a gestão da máquina pública, por meio de determinações que livram a administração indireta dos procedimentos que deviam ser seguidos pela administração direta.

29. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Controle Externo - 2017)

Com a reforma do Estado brasileiro, o Estado deixou de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social e tornou-se o seu regulador e promotor.

30. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Controle Externo - 2017)

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, lançado em 1995, pautou-se na orientação de substituir a burocracia tradicional, weberiana, por um modelo mais próximo das práticas de gestão do setor privado e do modelo de Estado de bem-estar social.

31. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PA – Auditor de Controle Externo - 2016)

A reforma da gestão pública de 1995 instituiu na administração pública brasileira a dimensão gestão, a qual permitiu maior autonomia e introdução de novas formas de responsabilização para os gestores, como a administração por resultados, a competição administrada por excelência e o controle social.

32. (CEBRASPE/CESPE / TCE-PE - Analista de Gestão – 2017)

O movimento conhecido como nova gestão pública foi introduzido no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o objetivo de tornar a administração pública mais efetiva, embora menos eficiente.

33. (CEBRASPE/CESPE / TCE-MG – Analista de Controle Externo - 2018)

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, um dos fatores para a crise do Estado é o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado. Nos países desenvolvidos, essa estratégia estatizante é simbolizada pelo Estado

a) regulador.

b) burocrático.

c) patrimonial.

d) autoritário.

e) do bem-estar social.

34. (FCC / TRT3 – AJAA - 2015)

Uma das etapas relevantes que pode ser apontada na evolução estrutural da Administração pública no Brasil foi a instituição da Comissão Amaral Peixoto, que identificou, entre as questões-chave a serem solucionadas, a centralização excessiva da Administração na Presidência da República e ausência de coordenação nas ações de governo. Referidos estudos serviram de inspiração

a) ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, que implementou o modelo gerencial na Administração pública brasileira.

b) ao Programa Nacional de Desburocratização, que visava aumento na eficiência e simplificação de processos.

c) à edição do Decreto-Lei n° 200, de 1967, que reorganizou a Administração direta e expandiu as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

d) ao paradigma pós-burocrático instituído com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, que objetivava a racionalização do serviço público.

e) à consolidação do modelo de gestão por resultados instituído a partir do programa de governo denominado Gespública.

35. (FCC / CNMP – Analista do CNMP - 2015)

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Estado, é correto afirmar que

a) a publicização refere-se ao processo de dar publicidade a todos os atos da Administração pública.

b) a publicização refere-se ao processo de transferência da execução dos serviços públicos não exclusivos para as OSCIPS, apenas.

c) a administração dos museus deveria ser realizada em parceria entre o setor público estatal e o setor público não-estatal.

d) o serviço público de Educação deveria ser ofertado exclusivamente pela Administração pública direta.

e) a produção para o mercado deveria ser uma atividade exclusivamente estatal.

36. (FCC / TRT 19ª Região – AJAA - 2014)

No Brasil, o modelo de Administração Pública Gerencial, conceituado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,

a) propõe a transferência à iniciativa privada, por meio da privatização, das atividades não exclusivas de Estado e retomada, pela publicização, das atividades de interesse público.

b) adota, no plano da estrutura organizacional, ampla verticalização com ampliação dos níveis hierárquicos e competências claramente definidas.

c) busca a eficiência da atuação pública, com redução de custos, aumento de qualidade, coibindo a competição administrada no interior do Estado.

d) introduz o conceito de monitoramento de resultados, a partir do estabelecimento de indicadores, utilizados para promover a ascensão dos servidores, a exemplo das práticas adotadas pela iniciativa privada.

e) propugna a alteração da forma de controle, que deixa de se basear nos processos para se concentrar nos resultados, com foco na satisfação do usuário-cidadão.

37. (FCC / SEFAZ-PI - Analista do Tesouro Estadual - 2014)

A crise enfrentada pelo Estado nos anos 1980, decorrente tanto das constrições fiscais como das distorções que a Administração havia experimentado nas décadas anteriores, inspirou a apresentação, sob o comando do então Ministro Bresser Pereira, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que contempla, entre suas diretrizes, a

a) institucionalização, que considera que a reforma independeria de alterações do marco constitucional e legal, sendo levada a efeito a partir de uma mudança cultural.

b) desestatização, que compreende a privatização e a terceirização de atividades do denominado núcleo estratégico.

c) publicização, baseada na transferência para organizações públicas não estatais de atividades não exclusivas de Estado.

d) introdução do conceito de propriedade pública não estatal, aplicável aos setores voltados à produção para o mercado.

e) transferência para a União das ações de caráter regional, reservando aos Estados as de caráter meramente local.

38. (FCC / SEFAZ-SP – Agente Fiscal de Rendas - 2013)

Uma inovação adotada a partir da Emenda Constitucional 19, de 04/06/1998, que pode contribuir para a modernização da administração pública no Brasil é a

a) descentralização dos serviços públicos.

b) obrigatoriedade de licitações na administração pública.

c) instituição dos contratos de gestão.

d) privatização de empresas estatais.

e) terceirização de funções na administração pública.

Gabarito



1. CERTA
2. A
3. D
4. CERTA
5. CERTA
6. CERTA
7. E
8. D
9. E
10. C
11. A
12. CERTA
13. B
14. B
15. E
16. A
17. E
18. C
19. C
20. D
21. B
22. A
23. A
24. E
25. E
26. ERRADA
27. C
28. ERRADA
29. CERTA
30. ERRADA
31. CERTA
32. ERRADA
33. E
34. C
35. C
36. E
37. C
38. C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.